



Número: **5000885-66.2020.8.13.0461**

Classe: **[CÍVEL] TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto**

Última distribuição : **13/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000.000.000,00**

Processo referência: **50004356020198130461**

Assuntos: **Mineração, Brumadinho, Mariana**

Segredo de justiça? **NÃO**

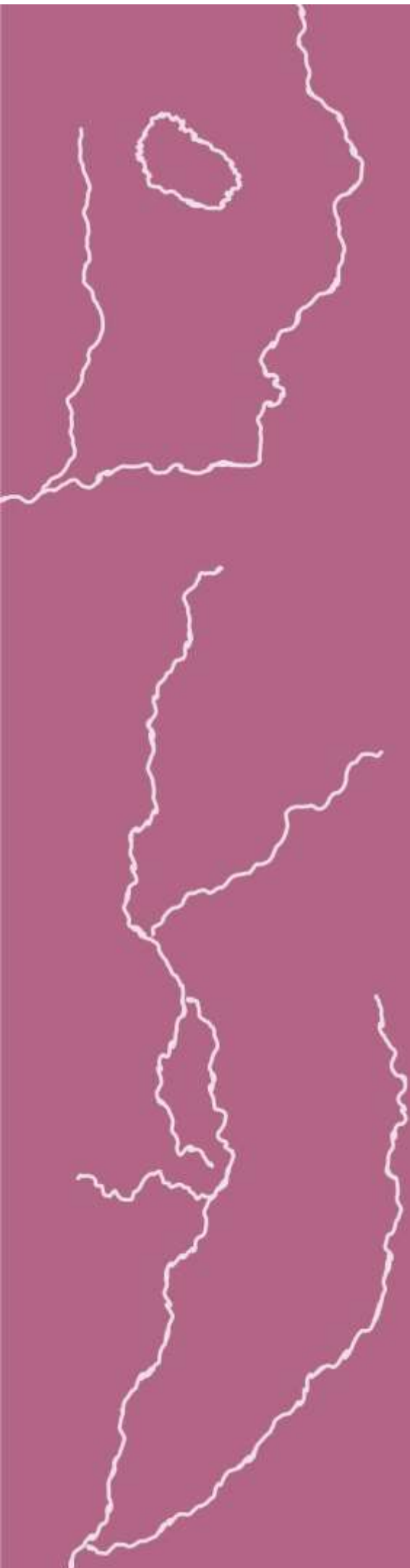
Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
Ministério Público - MPMG (REQUERENTE)	
VALE S/A (REQUERIDO(A))	
	GUSTAVO AGUIAR SIMIM (ADVOGADO) SERGIO BERMUDES (ADVOGADO) MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA (ADVOGADO)

Outros participantes	
INSTITUTO GUAICUY- SOS RIO DAS VELHAS (TERCEIRO INTERESSADO)	
	GUSTAVO AGUIAR SIMIM (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6323243012	13/10/2021 23:49	Plano de Trabalho da Assessoria Técnica às Pessoas Atingidas pela Barragem Doutor no Distrito de Ant	Documento de Comprovação



**PLANO DE TRABALHO DE
ASSESSORIA TÉCNICA ÀS
PESSOAS ATINGIDAS PELA
BARRAGEM DOUTOR, DE
PROPRIEDADE DA EMPRESA
VALE S/A, LOCALIZADA
NO DISTRITO DE ANTÔNIO
PEREIRA, OURO PRETO/MG**

Instituto
GUAICUY

Identificação da entidade e seus coordenadores

Entidade: Instituto Guaicuy

Endereço: Rua Brasópolis, 109 - Floresta

Município: Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Presidente: José de Castro Procópio

Vice-Presidente: Ronald de Carvalho Guerra

Diretor Institucional: Marcus Vinicius Polignano

Diretora de Projetos: Carla Wstane

Gerência de Planejamento Institucional – Izabella Resende

Gerência de Campo e Operações Inter-Regionais – Marcus Vinicius Evaristo

Gerência de Atividades Finalística – Rodrigo Lemos

Assessoria Jurídica – Gustavo Simim

Assessoria de Projetos Socioambientais – Márcia Marques

Assessoria de Monitoramento e Avaliação – Thiago Morais

Responsáveis pela Elaboração do Plano de Trabalho:

Ronald de Carvalho Guerra – Coordenação Institucional

Carla Wstane – Coordenação Técnica

Cristina Coleta – Saúde e Assistência Social

Ellen Barros – Revisão

Izabel Nogueira – Geoprocessamento

Izabella Resende – Estratégia Organizacional

Letícia Branco – Administrativo e Financeiro Luana Freitas – Mobilização Social

Luciana Gomes – Mobilização Social Manoela Marra – Mobilização Social

Márcia Marques – Assessoria de Projetos Socioambientais

Marcus Vinicius Evaristo – Estratégia Territorial

Maria Tereza Queiroz Carvalho – Jurídico

Paulo Barcala – Comunicação

Polyana Cordeiro de Souza Maués – Prestação de Contas

Priscilla Freitas – Mobilização Social

Rayssa Lima – Editoração e Arte

Rodrigo Lemos – Estratégia Multidisciplinar

Valéria Carolina Guedes – Coordenação de Gestão e Finanças



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANTÔNIO PEREIRA	11
3	SOBRE O INSTITUTO GUAICUY: entidade eleita assessoria técnica.....	24
4	JUSTIFICATIVA	27
5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	33
6	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.....	34
6.1	ESTUDO PRELIMINAR DO LOCAL E AGRUPAMENTOS TERRITORIAIS ...	37
6.2	ESCUA LIVRE	41
6.3	DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO	42
6.4	SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS DRPs.....	45
6.5	TRABALHO DE CAMPO	51
6.6	ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	51
6.7	APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO.....	53
6.8	PRESSUPOSTOS DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	55
6.9	METODOLOGIAS PARA O DIÁLOGO COMUNITÁRIO	59
7	O TRABALHO QUE SERÁ DESENVOLVIDO PELA ATI.....	68
7.1	DIÁLOGOS COMUNITÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA...	69
7.2	MOBILIZAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DE DEMANDAS.....	70
7.3	COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	77
7.4	ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO.....	79
7.5	PARTICIPAÇÃO INFORMADA NOS PROCESSOS DE REPARAÇÃO INTEGRAL DOS DANOS.....	84
7.5.1	Participação informada	84
7.5.2	Direitos das pessoas atingidas	87
7.6	GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	92
8	CRONOGRAMA.....	100
9	GESTÃO E FINANÇAS.....	102
9.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	102
10	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	104
10.1	CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS.....	104
10.2	AUDITORIA CONTÁBIL FINANCEIRA.....	106
11	ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.....	106
12	DADOS BANCÁRIOS.....	116
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
14	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Localização de Antônio Pereira com as unidades de conservação no entorno	39
Quadro 2 - Exemplo da Matriz de sistematização dos dados.....	48
Quadro 3 - Estimativa da distribuição populacional por territórios e constituição de núcleos	74
Quadro 4 - Levantamento de violações de Direitos a partir da análise do Diagnóstico Rápido Participativo	80
Quadro 5 - Determinações judiciais para atendimento de questões urgentes e emergentes.....	82
Quadro 6 - Fases de atuação da Assessoria Técnica do Instituto Guaicuy	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Detalhamento da Equipe.....	103
Tabela 2 - Descritivo das Consultorias e Custos	105
Tabela 3 - Resumo do orçamento para a execução do Plano de Trabalho	108
Tabela 4 - Metodologias Participativas.....	109
Tabela 5 -Custeio.....	110
Tabela 6 - Investimento	113
Tabela 7 - Comunicação	115



LISTA DE SIGLAS

- APS - Atenção Primária em Saúde
- CAPS - Centros de Atenção psicossocial
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
- CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos CIMOS - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
- COVID - Doença Coronavírus
- DRP - Diagnóstico Rápido Participativo
- GEDA - Grupo de Desenvolvimento de Antônio Pereira
- GEPSA - Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
- PEAB - Política Estadual dos Atingidos por Barragens
- PAEBM - Plano de Ações Emergenciais para Barragens de Mineração
- UBS - Unidade Básica de Saúde
- UNDOC - Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
- ZAS - Zona de Auto Salvamento



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e limite distrital de Antônio Pereira	9
Figura 2 - Mapa hidrográfico, Gualaxo do Norte	20
Figura 3 - Histórico da ocupação territorial	22
Figura 4 - Convite compartilhado pelo Instituto Guaicuy	35
Figura 5 - Fluxograma metodológico da elaboração do Plano de Trabalho	36
Figura 6 - Localização de Antônio Pereira com as unidades de conservação no entorno	37
Figura 7: Localização de Antônio Pereira com as unidades de conservação no entorno	38
Figura 8 - Distribuição dos territórios iniciais de mobilização	40
Figura 9 - Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas	49
Figura 10 - Nuvem de palavras	50
Figura 11 - Devolutiva para validação com as pessoas atingida	53
Figura 12 - Estruturação do Plano de Trabalho	69
Figura 13 - Flor da reparação	92
Figura 14: síntese do cronograma proposto	100



APRESENTAÇÃO

Cuida este trabalho de expor o resultado de esforço coletivo de construção multidisciplinar, através de diversas reuniões on-line, visita a campo, sistematização das informações coletadas e devolução/validação com as comunidades de Antônio Pereira, atividades realizadas entre o mês de abril e outubro de 2021. Foram 23 técnicos diretamente envolvidos, de diversas formações profissionais e históricos de trabalho nas áreas afetas ao presente estudo, entre remunerados e voluntários do Instituto Guaicuy. Todos foram mobilizados e coordenados com a finalidade de atendimento ao escopo deste Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às Pessoas Atingidas pelo descomissionamento e acionamento do PAEBM na Barragem Doutor, em Antônio Pereira, distrito de Ouro Peto/MG, de propriedade da Vale S.A.

O presente Plano é entrega decorrente de exigência prevista no Edital de Chamamento Público das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Ouro Preto e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos, publicado no site do MPMG em 10/10/2020 para contratação de Assessoria Técnica Independente - ATI “às pessoas, comunidade e outras coletividades que sofreram e/ou estão sofrendo danos ou ofensas a direitos humanos e fundamentais” no referido distrito. Foram reunidas, portanto, expertises técnicas diversas que compreendem conhecimentos e experiências multidisciplinares, imprescindível para participação informada, somando currículos e capacidades para ultimar a presente proposta que, espera-se, tenha convergência e alinhamento ao escopo desejado pelas Instituições de Justiça que participam do processo em questão.

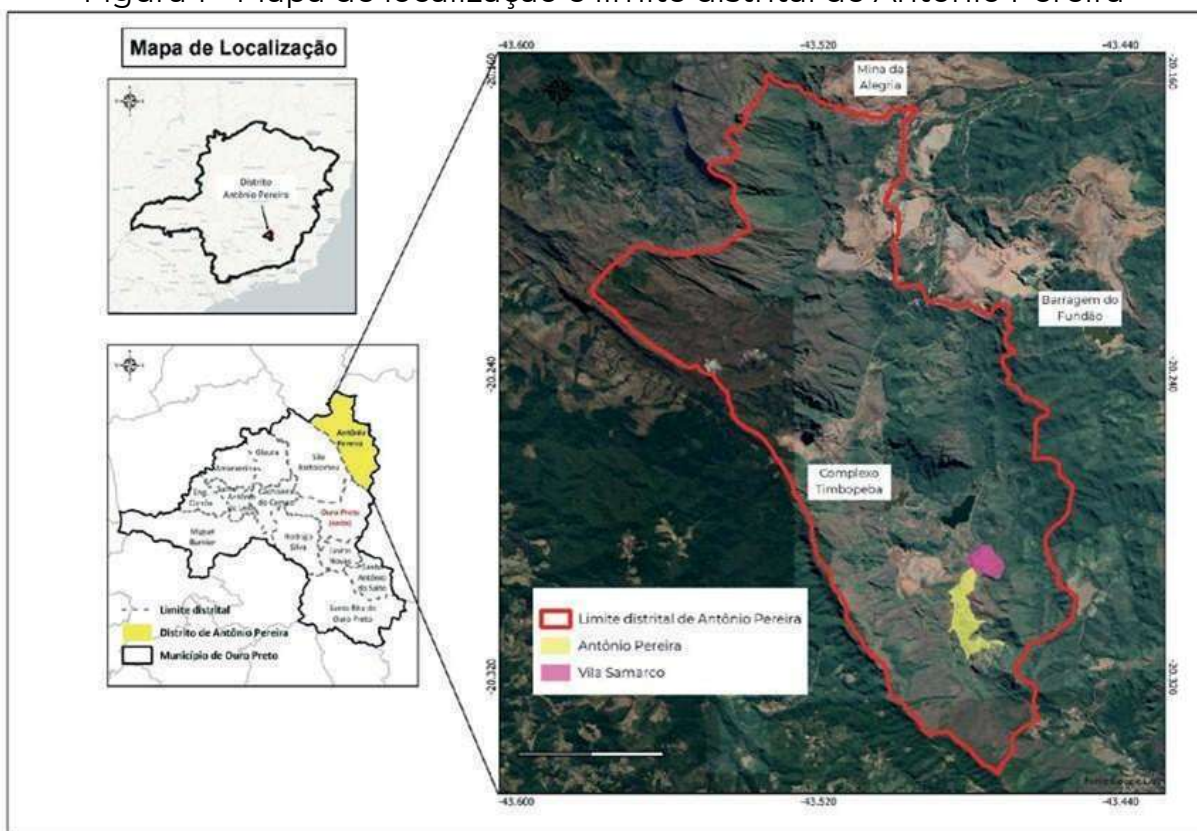


1 INTRODUÇÃO

Considerando a elevação do nível de risco da barragem Doutor, da mineradora Vale S.A, localizada no distrito ouro-pretano de Antônio Pereira, que motivou o acionamento do Plano de Ações Emergenciais para Barragens de Mineração – PAEBM, e o processo de descomissionamento em curso, e devido aos grandes impactos socioambientais e econômicos resultantes dos rompimentos das barragens de rejeitos da mesma empresa (Fundão em Mariana, 2015, e B-I, B-IV e B-IVA, na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, 2019), o Ministério Público Estadual de Minas Gerais adotou medidas para evitar novos desastres de mesma natureza em outros lugares onde a empresa possui empreendimentos minerários. No bojo dessas medidas está o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 5000435-60.2019.8.13.0461, que tem como parte dos objetivos o descomissionamento e a descaracterização da barragem Doutor, localizada no Distrito de Antônio Pereira, município de Ouro Preto/MG.



Figura 1 - Mapa de localização e limite distrital de Antônio Pereira



Fonte Cartográfica: Imagem Google Earth, Base: Defesa Civil, Elaboração: Instituto Guaicuy

Fonte: Guaicuy, 2021

Com a necessidade de se remover famílias que residiam na Zona de Autos salvamento - ZAS da barragem Doutor, o Ministério Público ajuizou o Pedido de Tutela Cautelar nº 5000885-66.2020.8.13.0461 para tratar especificamente da defesa dos Direitos Humanos das pessoas que estão sendo removidas de suas residências, e dos demais moradores do Distrito de Antônio Pereira que estão sendo atingidos em razão do risco de rompimento da barragem.

Posteriormente a Ação do Pedido de Tutela Cautelar foi convertida em Ação Civil Pública, pois passou-se a tratar de diversas questões que dizem respeito especificamente aos Direitos das pessoas atingidas, o que ensejou a necessidade de uma Ação específica para tratar somente disso, independentemente da Ação Civil Pública ajuizada em 2019¹.

Importa ressaltar que, no decorrer do processo, o Ministério Público considera como “atingidas” todas as pessoas do Distrito de Antônio

¹ Ação Civil Pública nº 5000435-60.2019.8.13.0461, que trata do descomissionamento e da descaracterização da barragem Doutor



Pereira que tenham sofrido impactos socioeconômicos, emocionais e psicológicos em decorrência do empreendimento da Vale S.A, cuja responsabilidade de “indenizar e reparar os danos”, ainda segundo o MPMG, “é objetiva”. Assim, observa o que dispõe o Art. 2º, inciso V, da “Política Estadual dos Atingidos por Barragens” - PEAB, instituída pela Lei Estadual nº 23.795/2021.

De acordo com o que foi possível inferir dos autos, 176 (cento e setenta e seis) núcleos familiares haviam sido removidos da ZAS até 05/05/2021. A magnitude e a extensão dos danos causados pelo histórico da mineração no território de Antônio Pereira podem ser fortemente observadas tanto nos 22 diferentes direitos humanos violados, conforme apontou o Ministério Público na Ação Civil Pública, como nos relatos que emergiram viva e dolorosamente das diversas reuniões promovidas pelo Instituto Guaicuy com as comunidades para a elaboração deste Plano de Trabalho.



2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANTÔNIO PEREIRA

A história de Antônio Pereira, um dos 12 distritos de Ouro Preto, aos pés da Serra Geral, remonta aos últimos anos do século XVII. Seu nome inicial foi Bonfim do Mato Dentro, possivelmente dado pelo precursor português Antônio Pereira Machado, natural da Freguesia de São João de Caldas, Termo da Vila de Guimarães, acometido da mesma febre do ouro que atraiu outros milhares de patrícios à região.

A localidade propriamente, batizada de Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, foi fundada no alvorecer do século seguinte pelo padre João de Inháia, por Antônio Pompeu Taques e Mateus Leme, já donos de numerosas minas nos arredores, como as de Romão, Mata-mata, Macacos. Capitão Simão, Mateus das Moças e outras. A riqueza mineral marca o distrito desde seus primórdios: primeiro ouro, depois topázio e, a partir dos anos 70 do século passado, minério de ferro.

As belezas naturais do lugar chamavam desde sempre a atenção desde sempre, cercado de montanhas e cachoeiras que a atividade mineradora, cruzando séculos, cuidou de descuidar. As cerca de cinco mil almas que povoavam a localidade ainda nas décadas iniciais do Oitocentos, segundo anotações do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, dedicavam-se ao garimpo de ouro e quase nada plantavam, adquirindo “toucinhos, mandiocas, aguardentes e tudo o mais” dos tropeiros vindos das bandas do Rio das Velhas.

Os suspiros finais do século XVIII, com a decadência dos garimpos, viram o abandono se espalhar por toda parte. A população diminuiu dramaticamente. Vila Rica, que em seu auge chegou a ter dezenas de milhares de habitantes, encolherá até a faixa de 15 mil moradores no século XIX. Antônio Pereira, obviamente, não escapará da tormenta. Lavras abandonadas, escassez de recursos, êxodo, em fenômeno que se



repetiria um século mais tarde, com a transferência da capital para as cercanias da Serra do Curral.

A exploração do ouro, mesmo decadente, contudo, continuou sendo uma das principais atividades econômicas da população mais carente do distrito durante a maior parte do século 20. O fausto do passado converte-se em atividade de subsistência.

- **Gruta Nossa Senhora da Conceição da Lapa: história de devoção**

O culto a Nossa Senhora da Lapa remonta a histórias dos séculos 10 e 15, em Portugal. Transmutada para o Brasil, encontra na Lapa de Antônio Pereira a lenda do filho de um tropeiro que, ao perseguir um coelho branco que fugira até a gruta, depara com a aparição de uma imagem de mulher muito bonita, com a cabeça cercada de luz, de pé sobre uma bola com uma serpente enrolada e a boca aberta. Logo após o relato, outras crianças afirmaram ter visto imagem semelhante no local.

Os frades franciscanos, cujo seminário ainda hoje mostra suas ruínas na rua principal do distrito, pontificaram: tratava-se de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, que aparecera para pedir a construção de uma capela dentro da gruta.

Isso foi logo providenciado, juntamente com a aquisição de uma imagem de madeira em sua homenagem, datada do século XVIII. Seguidas tentativas de roubo fizeram os moradores se decidirem por guardá-la em suas próprias casas, em endereço itinerante e mantido em segredo. No altar da Gruta hoje reina uma cópia de resina pintada. A tradição religiosa do Jubileu de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, a mais importante festividade do distrito, vem de 1757. Todos os anos, entre 1º e 15 de agosto, milhares de fiéis e romeiros acorrem à Gruta em peregrinação. Missas, procissões, levantamento de mastro e show pirotécnico compõem a festa. O dia 15 é o ápice, quando a ladeira que leva à Gruta é tomada por barraquinhas e ambulantes, que vendem de um, tudo.

Dentro da Gruta, que se desenvolve em dolomitos da formação



Gandarela, a física parece curvar-se à fé e permite haver mais gente que espaço: fiéis ávidos por tocar as imagens, escrever mensagens nas pedras (prática que vem sendo coibida pela fiscalização, em defesa do patrimônio) e se benzerem pela água fria que brota da rocha. A fumaça da grande quantidade de velas nubla o ambiente e costuma levar muitos romeiros às náuseas e tonturas. Chama a atenção a sala de ex-votos, construída do lado de fora, com suas próteses, aparelhos ortopédicos, fotos e imagens, sinais de devota gratidão.

- **A Igreja Queimada**

O distrito teve sua primeira capela erguida em honra da padroeira Nossa Senhora da Conceição da Lapa, por volta de 1716. Quatro anos depois apenas, o templo era alçado à condição de Igreja Matriz.

Era noite de 17 para 18 de fevereiro de 1830, conta o Cônego Raimundo Trindade, através do historiador Bernardo Alves de Brito Andrade, um dos responsáveis pela elaboração do Inventário do Distrito de Antônio Pereira: “A população de Antônio Pereira é despertada aos estrondos de pavoroso incêndio: era a matriz da velha Freguesia que ardia, e desapareceu quase completamente em poucas horas”.

Foi um incêndio “fortuito e inexplicado”, após as novenas de São Sebastião. Provavelmente alguma faísca de velas ou de lampiões subiu até o teto. Quando o povo foi chamado a acudir “já se achava o templo incendiado.”

Após o incêndio, assumiu o lugar de Matriz a Capela de Nossa Senhora das Mercês, “com estrutura bastante precária e comprometida, que não comportava muitos fiéis no culto”, lembra Andrade.

- **A Associação Musical Nossa Senhora da Conceição da Lapa**

Ainda segundo Andrade, “a Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição da Lapa teria sido criada em 1827, conforme relatos de moradores, como uma espécie de clube recreativo para os jovens”. Foi fundada por José de Queiroz Primo, que “havia trazido de Ouro Preto o professor de música José Correia, para que lecionasse música a seus

filhos”. O sucesso da empreitada interessou a mais gente “e José Correia tornou-se professor e maestro da nova banda”.

“Outra versão”, diz Andrade, “também relatada por moradores”, dava conta de que “na verdade, a corporação teria sido criada em 1910”, quando “alguns moradores teriam comprado instrumentos musicais na cidade de Rio Acima com o intuito de formar uma banda em Antônio Pereira”. “No caminho de volta”, continua, “a alegria dos músicos era tanta que eles teriam vindo tocando por todo o trecho até a chegada ao distrito, onde houve uma grande festa de recepção”.

Durante as primeiras décadas do século XX a Associação “amadureceu e se profissionalizou, tendo inclusive adquirido sede própria e se tornado uma agremiação consistente”. Era ela, que animava as festividades religiosas, os bailes e as quermesses de Antônio Pereira, sempre iluminada com carburetos carregados pelos moradores. Tinha apresentações e ensaios concorridos e logo “tornou-se conhecida em toda a região”.

O colapso econômico dos anos 70 “atingiu em cheio a banda de música, que, desfalcada de vários de seus integrantes, encerrou suas atividades de forma melancólica”. Em 1999, moradores, preocupados com a situação dos jovens do distrito, “apresentaram projeto de retomada da banda de música” e resgataram essa instituição no mínimo centenária.

- **O minério de ferro**

A descoberta de que Antônio Pereira está sobre imensas jazidas de minério de ferro marca o início de um novo ciclo no distrito. Logo ocorreram à região várias empresas mineradoras. A primeira a se instalar foi a Samarco Mineração, que ainda nos anos 70 erigiria uma vila inteira para abrigar seus funcionários, face à precária infraestrutura do distrito, insuficiente ante o grande fluxo de trabalhadores da mineração.

Ao lado do minério de ferro, inicia-se, também na década de 70, a exploração do topázio imperial. A encosta da montanha que leva à Gruta Nossa Senhora da Conceição da Lapa transforma-se numa grande lavra a



céu aberto. A exploração ganha ares de importante fonte econômica, cujo auge situa-se entre o final dos anos 70 e o início dos 80, quando o contingente de garimpeiros chega a reunir até cinco mil pessoas.

Outras empresas de mineração chegam nos 80, como a antiga Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S.A. Crescem o comércio, a construção civil e o aluguel de imóveis. Ambas mineradoras seguem atuando no território, que sofreu, em 2015, os trágicos efeitos do rompimento da Barragem do Fundão, no vizinho subdistrito marianense de Bento Rodrigues. No próprio Pereira, a vida dos moradores virou pelo avesso desde que a Barragem Doutor, em operação desde 2000, com 75 metros de altura e capacidade para 35 milhões de metros cúbicos de rejeitos, teve seu nível de risco elevado para 2, em 1º de abril de 2020, numa escala que vai só até 3, num desdobramento tétrico do processo iniciado em março de 2019, quando determinação judicial havia interditado, por insegurança, as operações da Barragem Doutor. Estava dada a largada para o tormento agudo da remoção das famílias cujas moradias se situam numa mutante Zona de Autossalvamento (ZAS).

A soma de dois grandes afluxos (o ainda atualíssimo, dos empregados das grandes mineradoras, e o antigo, em busca do topázio) provocou uma intensa explosão demográfica, levando à urbanização acelerada e sem qualquer planejamento. A população flutuante chega a beirar 50% do número de habitantes permanentes, causando rupturas culturais, especulação imobiliária e baixa oferta de emprego e qualificação aos moradores antigos. A prosperidade dos negócios trouxe consigo uma gama de problemas inteiramente novos para o distrito: aumento dos índices de criminalidade e violência, tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce e prostituição, dentre outros.

- **Baixa renda e acesso precário aos serviços públicos**

De acordo com dados do IBGE, o distrito tinha cerca de 4.500 habitantes em 2010, distribuídos entre o setor histórico e a mencionada Vila Samarco, oficialmente chamada de Residencial Vila Antônio Pereira,



que concentra coisa de um quarto dos imóveis. Já o cadastramento realizado pela equipe de Estratégia Saúde da Família, no segundo semestre de 2016, apontou 4.935 habitantes e 1.570 famílias. Além desse contingente, estima-se que a população flutuante seja em torno de 2.000 pessoas, composta majoritariamente por homens profissionais terceirizados da mineração.

A população autodeclarada parda correspondia a aproximadamente à metade da população do distrito (46,7%). O somatório da população parda e preta perfazia 64,3% do total, ultrapassando significativamente o percentual de autodeclarados brancos (25,3%). Crianças de 0 a 14 correspondiam a 29% da população; adultos (25 a 59 anos), a 41% e jovens (15 a 24 anos), a apenas 19%.

Os serviços de energia elétrica atendem 90,4% dos domicílios, fazendo com que Antônio Pereira ocupe a pior posição entre os distritos de Ouro Preto. A coleta de lixo abrange 88,9%; abastecimento de água, 84,9% (objeto de muitas reclamações da comunidade sobre qualidade e oferta); e rede de esgoto, apenas 79,7%.

No quesito renda, 78,4% dos chefes de família recebem de 0 a 3 salários mínimos. Na faixa de rendimento entre 3 e 5 salários mínimos, estão somente 9% dos responsáveis, e acima de 5 salários, residuais 2,9% do total.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto, do início de 2020, o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, já tinha atingido diretamente a saúde dos moradores de Antônio Pereira, principalmente no âmbito psicológico, resultando em aumento significativo dos atendimentos em saúde mental, com casos de automutilação, suicídios, depressão e ansiedade. O agravamento do risco da Barragem Doutor veio complicar ainda mais o cenário. Destaques negativos também para diabetes (aumento de 24%), fila de espera para fisioterapia (20%), hipertensão (12,6%) e abuso de álcool (mais 6%). Com a retomada e expansão da atividade minerária na região, a população flutuante do distrito cresce continuamente, registrando salto de mais de



1.500 pessoas de 2019 para cá, com forte impacto sobre os serviços assistenciais, principalmente na prevenção de doenças e na promoção à saúde.

Com tantos problemas na oferta de serviços públicos e nos indicadores sociais, Antônio Pereira, por sediar (e sofrer o impacto de) grandes complexos minerários, gera, contudo, recursos substanciais para o município. No bolo do ISSQN, respondeu por 34,85% do total em 2013, caindo para 10,28% em 2016. No ICMS, a participação foi de 15,36%, em 2013 (R\$ 20,4 milhões), para 12,47%, em 2016 (R\$ 13,4 milhões). A arrecadação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários), todavia, cresceu no mesmo período: de 17,58% do total de Ouro Preto, em 2013, para 23,9%, em 2016, mais de R\$ 9 milhões. O distrito, porém, historicamente pouco tem recebido em contrapartida sob a forma de investimento público, comprometendo o atendimento à saúde, à educação e ao saneamento, entre outras lacunas, e ainda hoje segue isolado, não só geograficamente, da sede de Ouro Preto, mantendo relação de dependência com a cidade de Mariana.

- **PAEBM: Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração**

Embora a Vale assegure categórica, em nota de fevereiro de 2020, quando das primeiras remoções de moradores de suas casas, que se tratava de “remoção preventiva programada” e que a Barragem Doutor, então no nível 1 do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM), não enfrentava “qualquer situação” que exigisse “a elevação de nível de emergência”, menos de dois meses depois, em 1º de abril, foi adotada a elevação do risco da estrutura para nível 2, semeando o terror da “lama invisível” entre os habitantes do distrito. O próprio processo de descaracterização da Barragem, previsto para terminar somente em 2029, também será fonte de danos por um longo período, numa sucessão de efeitos que, muito além das famílias deslocadas da Zona de Auto Salvamento, atingem, ainda que em graus e formas diversas, todos os moradores do distrito.



- **Panorama ambiental**

O distrito de Antônio Pereira possui significativas riquezas ambientais, devastadas ou ameaçadas pelo crescimento desordenado e pela falta de planejamento. O poder público pouco contribuiu historicamente com políticas adequadas de uso e ocupação do solo, assim como no controle e na fiscalização. Uma das consequências é a ocupação irregular das margens de rios e córregos em algumas regiões, susceptíveis a inundações e a insegurança hídrica. Exceção se faz à Vila Samarco, planejada e com acesso à maioria de equipamentos urbanos e infraestruturas de abastecimento, sistemas de esgoto e drenagem.

No Centro Histórico e bairros periféricos, o sistema de saneamento básico apresenta deficiências em investimentos de infraestrutura e problemas de abastecimento, com muitas reclamações da população sobre a qualidade e quantidade da água ofertada. Em relação ao sistema de esgoto, o distrito possui rede coletora na maioria das casas, mas sofre lançamentos diretos das residências próximas aos cursos d'água, não havendo nenhum sistema de interceptação e tratamento. Ressalva se faz novamente à Vila Samarco, que conta com todos os sistemas e tratamento por meio de lagoa facultativa, situada às margens da rodovia, no trevo de entrada da Vila. O sistema de drenagem das ruas é pouco eficiente, situação que se agrava nos bairros periféricos, onde também cresce a disposição irregular de resíduos de construção e lixo. O município faz a coleta convencional do lixo, no distrito, em caminhões compactadores, três vezes por semana (sábado, terça e quinta), com pouca distribuição de lixeiras, fazendo a destinação em um lixão na região do Mazagão, depois do bairro de Saramenha, próximo à sede de Ouro Preto. Apesar de algumas iniciativas, não se conseguiu implantar um programa de coleta seletiva em Antônio Pereira devido à ineficiência do poder público municipal, mesmo com o aporte de recursos da Samarco para o Programa do Galpão de Reciclagem, com a compra de equipamentos como esteira para a seleção do material, prensa, picador de vidro etc., além da confecção de uniformes, entrega de EPIs e projetos correlatos como o "Amigos da Natureza". Este projeto com a comunidade



teve início em 2012, com a proposta da doação de um terreno municipal não efetivado pela prefeitura.

A mineração de ferro é a maior atividade econômica hoje no distrito, onde se insere o Complexo do Timbopeba, da mineradora Vale, e também parte do Complexo da Samarco, neste caso suas cavas, Unidades de Tratamento de Minérios e administração. Encontramos ainda, em menor escala, a extração de pedra para a construção civil, na Pedreira Santa Efigênia; o garimpo de ouro no Córrego da Água Suja e de topázio imperial na subida da Lapa, todas atividades artesanais, tradicionais, com origens no período colonial.

Vale notar que essas atividades tradicionais, exercidas pelos chamados faisqueiros ou faiscadores há séculos, estão contempladas, em nível estadual, pelo Decreto nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014, que criou a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG, e, desde 2017, em âmbito nacional, pelo Decreto 6.040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), além de terem direitos reconhecidos na própria Constituição Federal de 1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em diversos outros estatutos legais.

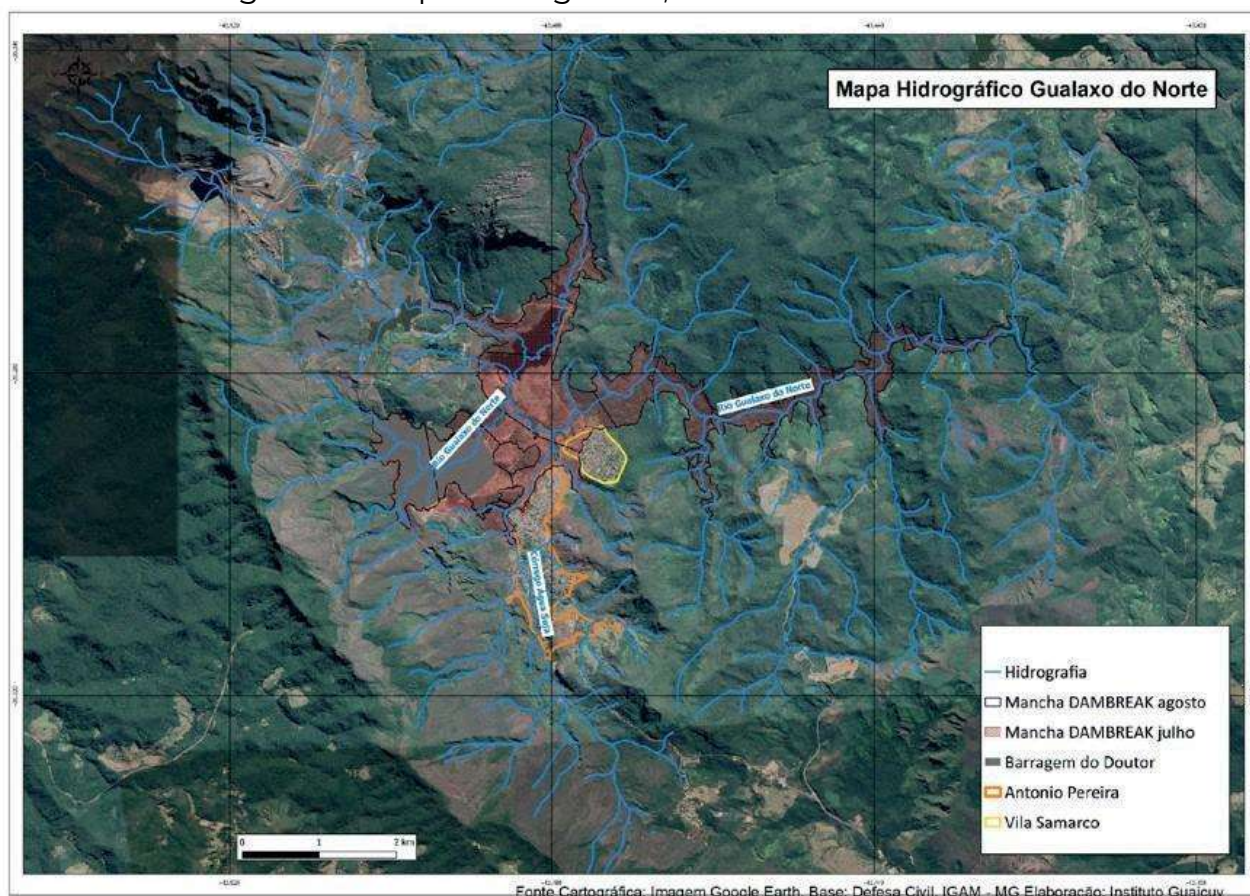
Cumprir destacar que, à exceção de Ouro Preto (e seus distritos), o garimpo tradicional foi socialmente mapeado em diversos municípios da região (em estudo do Professor Aderval Costa Filho, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Fafich/UFMG), entre 2018 e 2020, com o objetivo de subsidiar elaboração de específico, devido ao rompimento da barragem de Fundão e galgamento da barragem de Santarém, ambas em Mariana. Tal lacuna torna imperativo desenvolver trabalho similar com os faisqueiros de Antônio Pereira.

A sede do distrito, em seu eixo longitudinal, acompanha a Serra de Antônio Pereira e, mais ao norte, aponta o Pico do Frazão, próximo à Vila Samarco. Essas encostas anunciam uma rede de nascentes e cachoeiras, paisagem peculiar de beleza e valor inestimáveis. A leste do Centro



Histórico avistamos o maciço rochoso de mármore dolomítico, pertencente a formação Gandarela, onde está encravada a Gruta Nossa Senhora da Lapa, bordada com singela Mata Atlântica e áreas de campo cerrado, patrimônio cultural, religioso, espeleológico e natural reconhecido como Santuário e Monumento Natural Municipal.

Figura 2 - Mapa hidrográfico, Gualaxo do Norte



Fonte: Guaicuy,2021

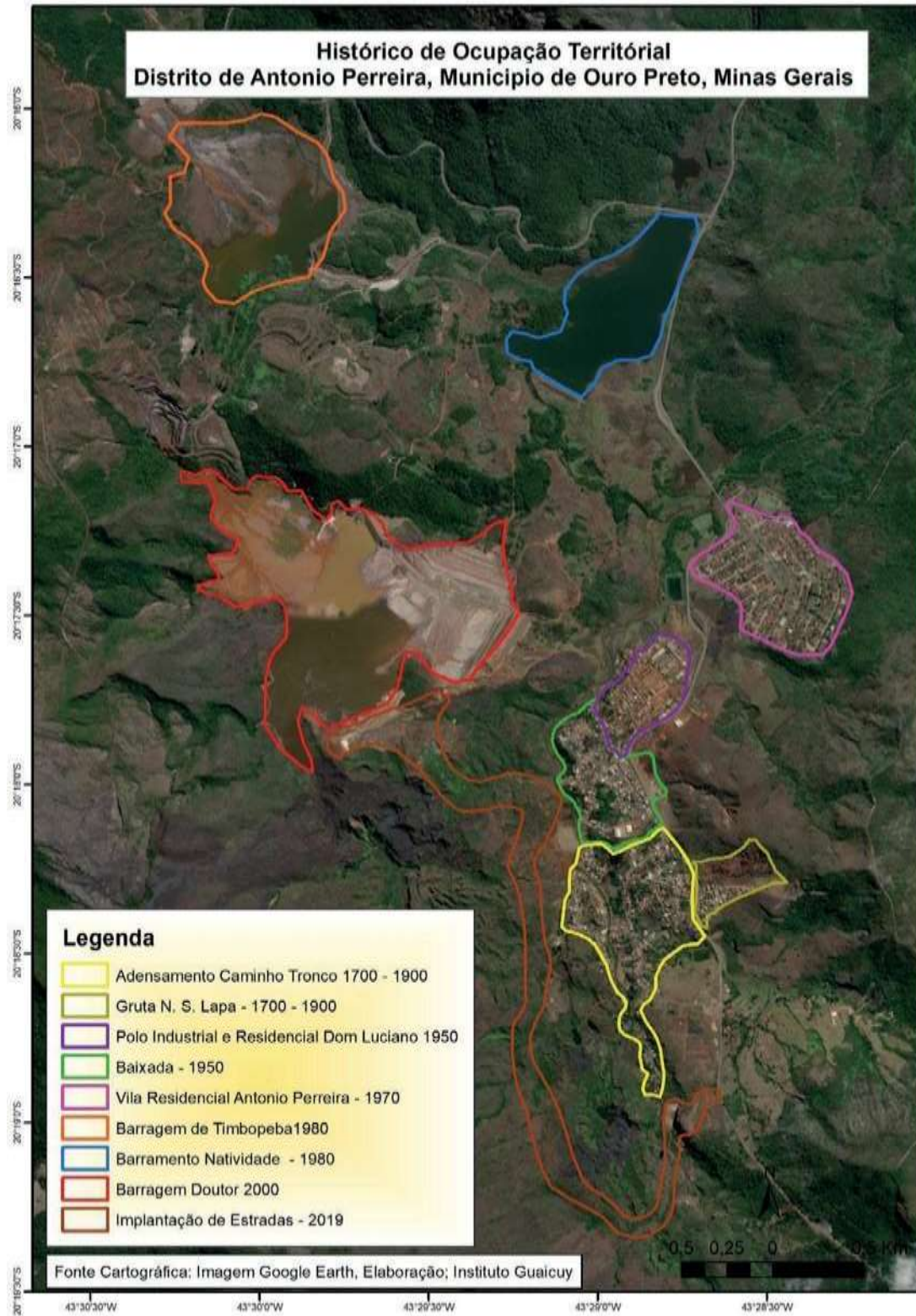
Todo esse conjunto paisagístico compõe parte da Serra do Espinhaço, cujo eixo é divisor de águas das bacias do Rio das Velhas e do Rio Doce. Em sua cabeceira, o Rio Gualaxo do Norte, localmente o Córrego da Água Suja. Nessas formações encontramos muitas fitofisionomias de campo rupestre de altitude e, em suas áreas mais encaixadas, floresta estacional semidecidual, pertencente ao bioma de Mata Atlântica e de transição para o Cerrado. Salientamos que, nesses ambientes no entorno de Antônio Pereira, ocorrem incêndios florestais e queimadas sem controle, reconhecidos como grande ameaça por parte da população, além da poluição dos rios e outras fontes de problemas, como as deficiências no saneamento básico (RODRIGUES et al 2017).



A expansão da mineração da empresa Vale no Complexo do Timbopeba foi avançando cada vez mais para perto da sede do distrito, “engolindo-a” e a seu entorno paisagístico, essencial para o bem-estar de seus cidadãos. Esse processo foi agravado com a implantação da Barragem Doutor, no começo dos anos 2000. Além disso, a própria explosão demográfica advinda dessa expansão acarretou o crescimento da sede em seu eixo longitudinal, seguindo o Córrego da Água Suja, levando o distrito à condição de “vizinho de muro” do empreendimento.



Figura 3 - Histórico da ocupação territorial



Fonte: Guaicuy, 2021

Salientamos que os diferentes impactos ambientais foram



amplificados com o crescimento gradativo da atividade minerária, processo contra o qual sempre se insurgiram os moradores em repetidas manifestações, como no início das obras da Barragem Doutor e na brutal elevação dos níveis de poeira e ruído.

Mais recentemente, a implantação de estrada (e estruturas auxiliares) para viabilizar as futuras obras de descomissionamento da barragem tornou o conjunto urbano “um canteiro de obras”. Essa via cortou o acesso à serra, tradicional reduto de lazer da comunidade, e traz o risco do tráfego pesado, em linha paralela a todo o conjunto urbano, da barragem até o início do distrito, ligando a rodovia MG 129, acesso principal de Antônio Pereira a Mariana. Toda a movimentação decorrente ampliou profundamente os impactos gerados e a degradação ambiental, em mais uma violação do direito da boa convivência urbana e social.

Essas intervenções foram realizadas sem diálogo com a população nem, até onde sabemos, com o poder público municipal. Outro de seus efeitos danosos é a cicatriz permanente riscada na Serra de Antônio Pereira e em sua paisagem, privando uma vez mais os moradores do direito ao uso das cachoeiras e das trilhas seculares, ameaçando a biodiversidade, o patrimônio histórico, arqueológico e natural, a oferta da qualidade e quantidade das águas.



3 SOBRE O INSTITUTO GUAICUY: entidade eleita assessoria técnica

O Instituto Guaicuy é uma entidade não governamental associativa, cultural e técnico-científica de fins não econômicos, criada no dia 20 de junho de 2000, com a finalidade de apoiar os objetivos do Projeto Manuelzão de desenvolver ações socioambientais, culturais e educativas voltadas para a preservação e recuperação ambiental, associadas à promoção da saúde e do exercício da cidadania.

A bacia hidrográfica foi escolhida como área de atuação por ser um território sistêmico onde se dão as relações entre ambiente, sociedade e economia, que se refletem em diferentes campos, inclusive na saúde coletiva. A saúde não deve ser tratada apenas como uma questão médica, pois está diretamente associada com condições ambientais e de vida, experimentadas pelas pessoas em seus territórios, especialmente no que se refere à disponibilização de água em qualidade e quantidade. Para a realização dessas iniciativas, o Instituto Guaicuy vem trabalhando com abordagens ecossistêmicas e críticas frente às questões que envolvem os conflitos ambientais, tendo a água como eixo transversal. Essas abordagens estão intimamente ligadas à participação popular e ao empoderamento das populações nos seus territórios.

Ao longo dos anos, o Instituto Guaicuy/Projeto Manuelzão vem desempenhando atividades que buscam a abordagem multidisciplinar, intersetorial, interinstitucional e, principalmente, entre saberes populares e conhecimentos científicos, buscando articular a sociedade civil com o poder público e com os usuários de água por meio da estruturação de núcleos de mobilização populares para discussões socioambientais, organizados por microbacias hidrográficas. Essa iniciativa, com enfoque participativo, resultou na criação dos 40 Núcleos Manuelzão, através dos quais se discute os conflitos pelo uso da água e a relação com as



populações atingidas por grandes empreendimentos e pelo avanço das mineradoras sobre grandes áreas de produção de água. Tais grupos deram origem, e preencheram com participação da sociedade civil, 23 Subcomitês vinculados ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, fazendo com que a gestão das águas ocorra de forma participativa, conforme preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97). Evidencia-se, nesse processo, a importância de garantir às comunidades o direito à informação de qualidade, com linguagem adequada às características de cada localidade, assim como propiciar e garantir a verdadeira participação das comunidades nos espaços e processos de tomadas de decisão.

O Instituto Guaicuy tem representações sociais em diversos fóruns participativos visando a criação de políticas públicas no qual se destacam: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Conselho do Parque Estadual do Sumidouro; Parque Nacional Serra do Gandarela; APA Carste de Lagoa Santa; Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais; Conselho Estadual de Meio Ambiente, dentre outros.

Após o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP sobre o Rio Doce, em 2015, o Instituto Guaicuy realizou expedições, mobilizações e estudos que interagiram com comunidades e entidades diversas para discutir os processos sociais neste contexto. Esse movimento se consolidou na luta pelo Projeto de Lei 3676/2016, “Mar de Lama Nunca Mais”, sancionado como Lei Estadual 23291/2019, e na publicação do livro “Mar de Lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas”.

Com o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão acometendo todo o rio Paraopeba, foi articulado, com os movimentos sociais em busca de apoio para as pessoas atingidas, o “Gabinete de Crise da Sociedade: Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental”, com o propósito de realizar a cobrança de responsabilidades e mudanças na legislação para impedir a repetição de crimes dessa magnitude. Além



disso, o Guaicuy foi eleito Assessoria Técnica pelas comunidades das Áreas 4 e 5 do Paraopeba, devastado pelo rompimento desta barragem. Após edital elaborado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para selecionar assessoria às pessoas atingidas, a comunidade de Antônio Pereira escolheu o Instituto Guaicuy como sua ATI no processo de luta pela reparação integral dos danos causados pela mineradora Vale ao distrito.



4 JUSTIFICATIVA

O presente Plano de Trabalho dispõe sobre as ações que serão desenvolvidas pelo Instituto Guaicuy na prestação de assessoria técnica independente às pessoas atingidas pela barragem Doutor, de propriedade da empresa Vale S.A, localizada no Distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto/MG.

Este documento foi elaborado observando as competências da Assessoria Técnica Independente - ATI que estão dispostas no “Edital de Chamamento Público” e no “Termo de Referência”, elaborados pelo Ministério Público de Minas Gerais - MPMG e homologados em juízo através da decisão ID 1264714860, que dispôs:

“(…)Assim, cumprida a decisão de ID 602955022, bem como por considerar que os documentos elaborados atendem as diretrizes indicadas no item VI. 2.2 da petição de ID 118376867 - Págs. 111/112, HOMOLOGO O EDITAL (ID 1058199904) E TERMO DE REFERÊNCIA (ID 1058199905) em questão, devendo-se prosseguir à publicação e demais atos subsequentes”.

Conforme o item 1.3 do “Edital de Chamamento Público” para credenciamento das entidades interessadas em prestar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela barragem Doutor, e o item 1.1.2 do Termo de Referência, compete à ATI garantir o Direito das pessoas atingidas à participação informada nos processos de reparação integral:

“a assessoria técnica independente visa, de forma multidisciplinar, garantir o **direito à informação, inclusive técnica**, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a **participação informada** nos **processos de reparação integral** dos danos decorrentes dos fatos que formam o **objeto da ação**”.
(grifos nossos)

Entende-se que a reparação integral, conforme Art. 4º, inciso XIII da Lei Estadual nº 23.795/2021, compreende um conjunto de ações que visam “a restituição, a compensação, a reabilitação, a satisfação e a não repetição



das violações de direitos na implementação das ações de reparação". Quanto ao objeto da Ação Civil Pública nº 5000885.66-2020.8.13.0461, informa o Ministério Público na petição ID 118376867:

"A presente demanda tem como objetivo a obtenção de provimento jurisdicional que afirme a responsabilidade civil da sociedade empresária Vale S/A e sua consequente condenação para a reparação integral relativa aos danos sociais, morais e econômicos provocados às pessoas, comunidade e outras coletividades, ainda que indeterminadas, existentes a jusante da barragem Doutor pertencente ao complexo da Mina de Timbopeba, **em razão da remoção compulsória e do correlato anúncio de risco de rompimento da barragem** de propriedade da Requerida, **bem como das posteriores práticas e condutas abusivas e ofensivas a direitos humanos/fundamentais perpetradas contra a população do Distrito de Antônio Pereira**". (grifos nossos)

Nesse sentido, importa observar que o objeto da Ação Civil Pública nº 5000885.66-2020.8.13.0461 vai ao encontro à definição de "atingidos por barragens" que está disposta no Art. 2º, inciso V, da Lei Estadual nº 23.795/2021, a saber:

V – atingidos por barragens as pessoas que sejam prejudicadas, ainda que potencialmente, pelos seguintes impactos socioeconômicos, decorrentes da construção, instalação, operação, ampliação, manutenção ou desativação de barragens na região afetada:

- a) perda de propriedade ou da posse de imóvel, ainda que parcial, ou redução do seu valor de mercado;
- b) perda da capacidade produtiva da terra;
- c) perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando ou reduzindo a atividade extrativista ou produtiva;
- d) perda total ou redução parcial de fontes de renda ou dos meios de sustento dos quais os atingidos dependam economicamente;
- e) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações ou inviabilizando o funcionamento de estabelecimento comercial;
- f) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo de recursos naturais e pesqueiros que impactem na renda, na subsistência e no modo de vida dos atingidos;
- g) deslocamento compulsório;
- h) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida;
- i) ruptura de circuitos econômicos;
- j) perda ou restrição de abastecimento ou captação de água;
- k) prejuízos à qualidade de vida e à saúde.



Por falta de uma clara definição normativa sobre o que é a “participação informada”, e, portanto, como a ATI deverá efetivá-la, faz-se necessário recorrer a outras experiências e buscar resolver a questão por analogia. Assim, podemos citar a decisão do Agravo de Instrumento nº 1.0000.19.111183-0/003 interposto pela empresa Vale S/A em razão das ACP's que tratam do rompimento da barragem Córrego do Feijão:

“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÕES CIVIS PÚBLICAS – REPARAÇÃO DANOS AMBIENTAIS, SOCIOECONÔMICOS E DEFESA DIREITOS HUMANOS – PRELIMINAR – INTEMPESTIVIDADE – NÃO OCORRÊNCIA – ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE – TERMO FINAL PARA CONCLUSÃO DO TRABALHO – IMPOSSIBILIDADE – PLANO DE TRABALHO - COMPATIBILIDADE COM AS PREMISSAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO AUDITORIA CONTÁBIL FINANCEIRA E FINALÍSTICA INDEPENDENTE – PREVISÃO NO ESCOPO BÁSICO DO PLANO DE TRABALHO – READEQUAÇÃO DE ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA – DESNECESSIDADE - CORREÇÕES JÁ DETERMINADAS PELO JUÍZO DE ORIGEM – REPASSE DE VALORES - PRESTAÇÃO DE CONTAS JÁ DETERMINADA - DESPESAS SUJEITAS A AUDITORIA INDEPENDENTE - VALORES E CRONOGRAMA DE PAGAMENTO - MONTANTE ESTIMADO – AUSÊNCIA DE PARÂMETRO CONCRETO EM RAZÃO DA MAGNITUDE E GRAVIDADE DOS DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE PROPRIEDADE DA AGRAVANTE – AUTORIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO VALORES NÃO UTILIZADOS – IMPOSSIBILIDADE DE ACÚMULO DE RECURSOS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – **RECURSO NÃO PROVIDO.**

(...)

A Assessoria Independente busca reduzir a assimetria técnica entre a empresa causadora do dano e os atingidos e tem como premissa garantir a ampla defesa processual, assegurando às vítimas a participação efetiva e a garantia da centralidade na concepção, formulação, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações relacionadas à reparação integral do dano, não se confundindo com a área de atuação do Comitê Técnico instituído para auxiliar o Juízo.

(...)”

Assim, o presente Plano de Trabalho apresenta os modos e ações através dos quais a ATI buscará que as pessoas atingidas pela barragem Doutor participem de maneira informada, ou seja, interfiram se manifestando com subsídios técnicos, em todas os processos que tiverem de ser realizados para efetivar a reparação integral dos danos.

Considerando a perspectiva da reparação integral apresentada



anteriormente, podemos desde já citar alguns exemplos de processos que deverão contar com a participação informada das pessoas atingidas: cadastro das pessoas atingidas, levantamento de danos, valoração dos danos, planos de reparação dos danos, acordos judiciais e extrajudiciais, programas e projetos voltados à reparação integral, e obras referentes à descaracterização da Barragem Doutor.

Assim, é certo que a ATI deverá subsidiar as pessoas atingidas com informações sobre cada processo que será desenvolvido, para que então construam coletivamente seus entendimentos e tomem decisões. Para tanto, a ATI utilizará metodologias e realizará atividades que propiciem momentos informativos, formativos e de construção de conhecimento, conforme se verá mais adiante.

Quanto a isso importa ressaltar que para que a ATI forneça informações técnicas de qualidade às pessoas atingidas para que compreendam os danos, será necessário produzir essas informações, o que ocorrerá através dos profissionais e das consultorias que serão contratadas.

Em atenção ao que determina o Termo de Referência no item 4 – Do Plano de Trabalho –, cumpre ressaltar desde já que este documento foi elaborado envolvendo de maneira participativa as pessoas atingidas. Assim, observando o item 4.1.1 do Termo de Referência, o Instituto Guaicuy realizou uma série de reuniões com a comunidade Antônio Pereira, o que será tratado neste documento especificamente no item sobre a construção deste Plano de Trabalho.

O reconhecimento do direito à ATI para as pessoas atingidas pela barragem Doutor, em observância ao Art. 3º, inciso VIII da PEAB, foi um avanço importante para a garantia dos Direitos Humanos das pessoas em questão. Como é de conhecimento das partes envolvidas na Ação Civil Pública, e sobretudo da comunidade de Antônio Pereira, a chamada “lama invisível” tem se mostrado tão lesiva à dignidade das pessoas quanto a lama das barragens que efetivamente se rompem.



O Ministério Público vem realizando reuniões com a comunidade desde o ano de 2019, processo imprescindível para o início do levantamento dos direitos violados². Antes de tratar especificamente da violação de direitos, que é a questão central que justifica a necessidade da Assessoria Técnica Independente – ATI para a comunidade de Antônio Pereira, é imprescindível tecer uma breve consideração sobre a “mancha de inundação”.

A elevação do risco de rompimento da barragem Doutor (de nível 1 para o nível 2) é um marco temporal importante para a comunidade de Antônio Pereira. De acordo com os relatos das pessoas atingidas, foi sobretudo a partir desse acontecimento que a vida das pessoas e a dinâmica comunitária foi drasticamente modificada. Do ponto de vista técnico, o que sucedeu a essa elevação do risco de rompimento da barragem Doutor foi a elaboração da chamada “mancha de inundação”, parte dos estudos de *Dam Break*, que busca simular graficamente o caminho que a lama fará caso a barragem se rompa.

A “mancha de inundação” merece atenção especial para o entendimento das violações de Direitos, pois é ela que orienta as remoções das famílias de suas casas, está impactando o mercado imobiliário e a economia local e deixa a comunidade em constante insegurança. De acordo com informações do Ministério Público, já foram apresentadas quatro versões da mancha de inundação, sendo que para o mês de agosto de 2021 estava prevista a apresentação de uma nova versão. Isso significa que não é possível prever quantas famílias terão sido removidas de suas casas ao final desse processo.

Apesar da constatação de que toda a comunidade de Antônio Pereira é atingida pela barragem Doutor, importa mencionar que, de acordo com informações apresentadas pela empresa Vale S.A na Ação Civil Pública nº 5000885-66.2020.8.13.0461, até o dia 17/08/2020 haviam sido removidas de suas residências 226 (duzentas e vinte e seis) pessoas.

² Como se observa nos autos da Ação Civil Pública nº 5000885-66.2020.8.13.0461, o Ministério Público já havia identificado 22 (vinte e dois) direitos violados, além de uma série de danos causados pela empresa Vale S/A à comunidade de Antônio Pereira



Outros 73 núcleos familiares estão sofrendo o mesmo processo após a demarcação da nova ZAS. Mais uma vez é preciso retomar a informação de que a “mancha de inundação” sofreu alterações e não se sabe ainda quando chegará à sua versão final, sendo, portanto, inteiramente plausível supor que mais famílias venham a ser removidas de suas moradias.

Retomando a análise dos Direitos violados, cumpre informar a constatação de que toda a comunidade é atingida pela barragem Doutor, mesmo que sob formas e intensidades diferentes. Na escuta qualificada, realizada durante as reuniões com a comunidade, restou demonstrado pelos depoimentos das pessoas atingidas que, independentemente da sua localização no território, todas estão tendo Direitos violados pela empresa Vale S.A em razão do risco de rompimento da barragem Doutor.

Essa constatação é de extrema importância, pois ela foi determinante na decisão sobre a estrutura e o tempo necessários para atender a demanda apresentada pelas pessoas atingidas ao Instituto Guaicuy. A título de exemplo, importa informar que em todas as reuniões realizadas com a comunidade, independentemente da localização das pessoas dentro do território, foram relatadas questões de saúde mental, como o desenvolvimento de crises de pânico e depressão, em razão do risco de rompimento da barragem Doutor.

Outras questões comuns a todas as pessoas do território dizem respeito à falta de disponibilização de informações por parte da empresa Vale S/A, à desvalorização de imóveis, aos prejuízos financeiros, à incerteza quanto ao futuro, à interrupção de projetos de vida, ao rompimento de relações afetivas com familiares e vizinhos, dentre outras questões que se caracterizam como violações de Direitos.



3. OBJETIVO GERAL

Garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes dos fatos que formam o objeto da ação, nos termos do item 1.3 do “Edital de Chamamento Público” para credenciamento das entidades interessadas em prestar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela barragem Doutor, e do item 1.1.2 do Termo de Referência.

5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a **mobilização social** e apoiar a auto-organização da comunidade, através da realização de reuniões e outras atividades que propiciem espaços de diálogo entre a ATI, as pessoas atingidas e outras instituições que atuam no território.
- Promover o **acolhimento multidisciplinar** psicossocial e jurídico às pessoas atingidas, para garantir a escuta profissional adequada necessária para a prestação de informações técnicas qualificadas.
- Proporcionar às pessoas atingidas a **participação informada**, através do fornecimento de informações técnicas qualificadas referentes a todos os processos que serão realizados na comunidade para reparação integral dos danos causados, no intuito de contribuir na compreensão desses danos e na tomada de decisões pelas pessoas atingidas;
- Oferecer **formação em Direitos Humanos** para colaborar com o entendimento das pessoas atingidas sobre qual é o objeto da Ação Civil Pública nº nº 5000885.66-2020.8.13.0461 e seus desdobramentos;



6 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O presente Plano de Trabalho foi construído a partir das informações obtidas pelo Instituto Guaicuy através do estudo preliminar do território, da escuta livre, da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP e do trabalho de campo, atendendo ao disposto no item 4.1.1 do Termo de Referência, a saber:

“4.1.1. O Plano de Trabalho deverá ser elaborado envolvendo de maneira participativa as pessoas atingidas, observando as especificidades locais e a extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos, bem como as situações de vulnerabilidade social, incluindo visitas e atividades in loco, que poderão ser substituídas por interações virtuais caso ainda persistam as restrições de circulação e aglomeração de pessoas em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus”.

Conforme se verá a seguir, foram realizados estudos prévios para reconhecimento do local e diálogo com as pessoas atingidas, o que possibilitou o agrupamento em 07 (sete) territórios/grupos, considerando os diferentes níveis de danos sofridos e a organização da comunidade. Essa divisão orientou a **agenda de reuniões** com as pessoas atingidas para aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, **realizada entre os dias 23/04/2021 e 30/04/2021**, virtualmente, em razão do contexto de pandemia causado pela COVID-19.

A comunidade foi mobilizada pelo Instituto Guaicuy através de ligações telefônicas e mensagens via *Whatsapp*, sempre com o apoio das pessoas atingidas que compartilharam as informações e os convites para as reuniões, como exemplificado pela próxima figura.



Figura 4 - Convite compartilhado pelo Instituto Guaicuy

O Instituto Guaicuy - ATI Antônio Pereira convida as comunidades para

Reuniões por Território

- 23/04, sexta, 19h - Baixada Projetada-10, 15 e ruas afluentes
- 24/04, sábado, 9h da manhã - Vila Samarco (Residencial Vila Antônio Pereira)
- 26/04, segunda, 19h - Residencial Dom Luciano (Loteamento) e Distrito Industrial
- 27/04, terça, 19h - Ribeirinhos e Tabuleiro:
- 28/04, quarta, 19h - Pedreira, igreja Queimada e Residencial Bela vista
- 29/04, quinta, 19h - Centro Histórico e Lapa
- 30/4, sexta, 19 h - Pessoas removidas de suas moradias, tendo ou não deixado o distrito

Em razão da pandemia, nossos encontros acontecerão pela Internet.

Para participar, basta acessar o link na data marcada:
<https://meet.google.com/ciw-qtya-ajm>

Instituto
GUAICUY

Fonte: Guaicuy, 2021

Assim, o processo de construção participativa do presente Plano de Trabalho foi realizado seguindo as seguintes etapas a cada reunião realizada: a) mobilização da comunidade, b) escuta ativa das pessoas atingidas, c) sistematização das informações coletadas, d) organização das propostas para o Plano de Trabalho e, por fim, e) a devolutiva às pessoas atingidas.

Cumprida a agenda de reuniões, no dia 07/05/2021 foi realizada uma reunião geral com a comunidade, para apresentar as informações obtidas a partir dos DRP's que seriam incorporadas a este Plano de Trabalho, o que foi aprovado pelas pessoas atingidas.

As etapas desse processo de construção participativa estão dispostas na próxima figura.



Figura 5 - Fluxograma metodológico da elaboração do Plano de Trabalho



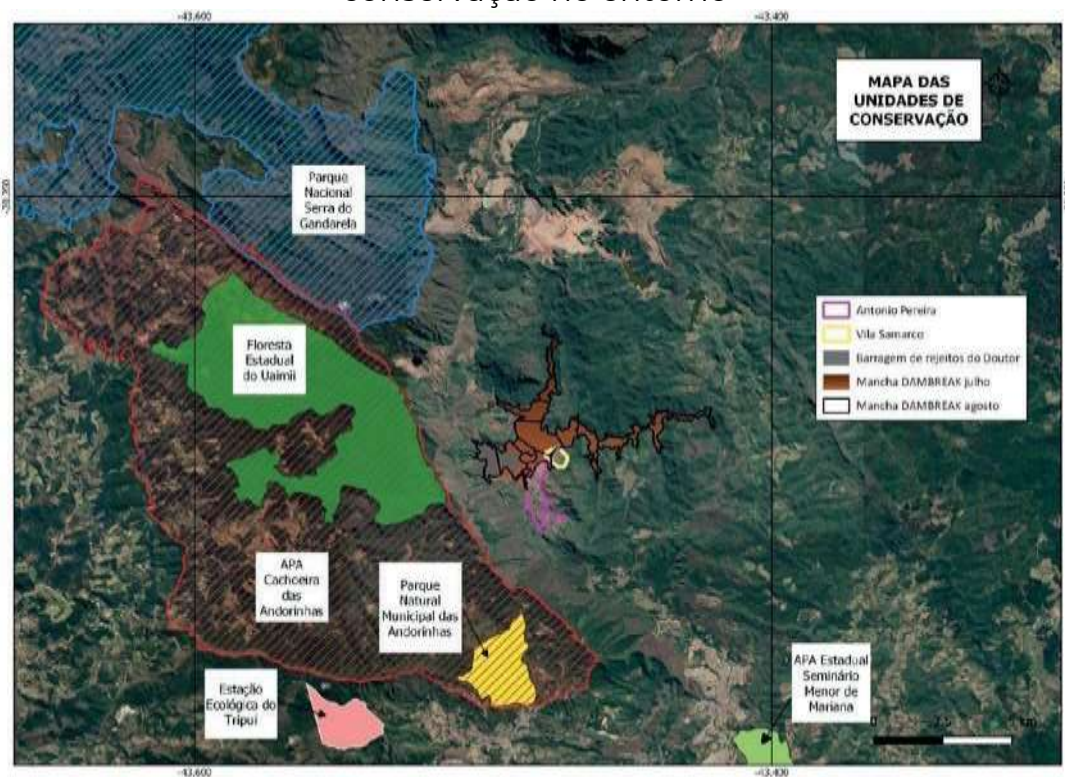
Fonte: Guaicuy, 2021



6.1 ESTUDO PRELIMINAR DO LOCAL E AGRUPAMENTOS TERRITORIAIS

Para compreensão do distrito de Antônio Pereira, a primeira atividade realizada foi o estudo do território, com a produção de diversos mapas que demonstram sua localização, os potenciais ambientais do seu entorno, a malha hídrica e a mancha *dam break* com dados fornecidos pela mineradora à Defesa Civil.

Figura 6 - Localização de Antônio Pereira com as unidades de conservação no entorno

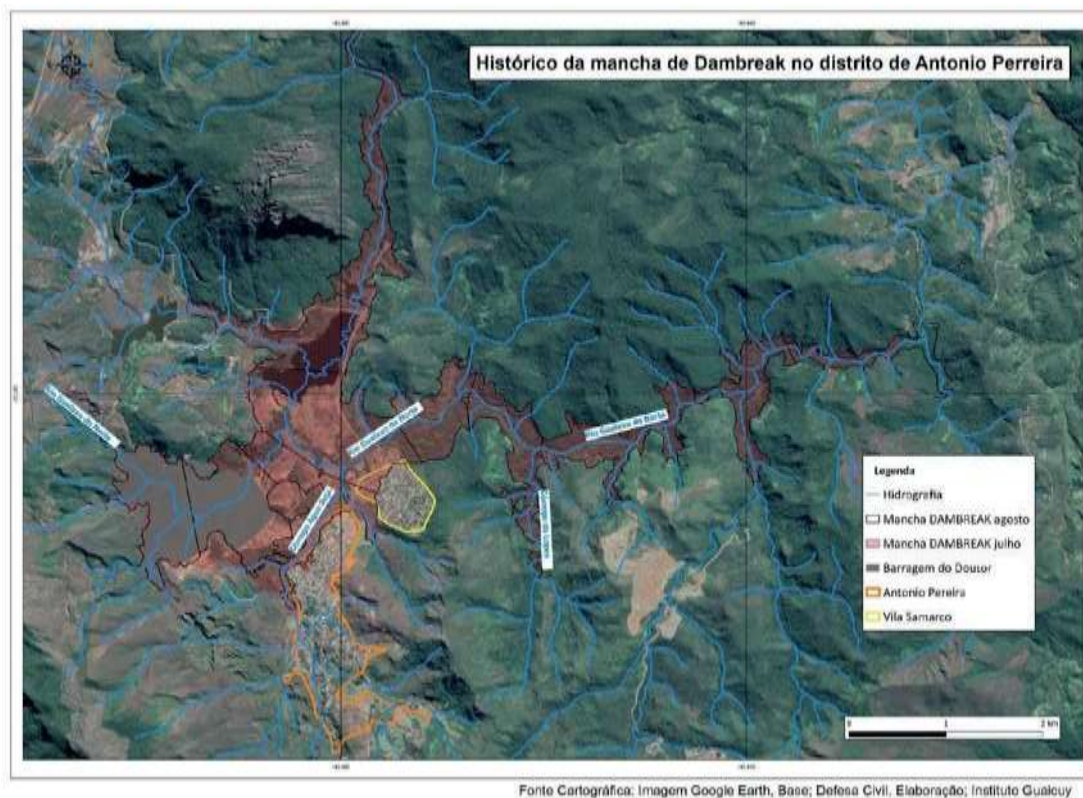


Fonte Cartográfica: Imagem Google Earth, Base: Defesa Civil, IEF - MG Elaboração: Instituto Guaicuy

Fonte: Guaicuy, 2021.



Figura 7: Localização de Antônio Pereira com as unidades de conservação no entorno



Fonte: Guaicuy, 2021

Posteriormente, com o objetivo de agrupar o distrito de Antônio Pereira em territórios para mobilização, realizaram-se reuniões com representantes das comunidades a fim de reconhecer a área através de Google Earth e assim determinar os limites dos territórios que seriam inicialmente mobilizados para a participação na elaboração do Plano de Trabalho. Definiu-se que seriam trabalhados 07 (sete) territórios, listados no quadro 1, abaixo, e apresentados na figura 8, a seguir.



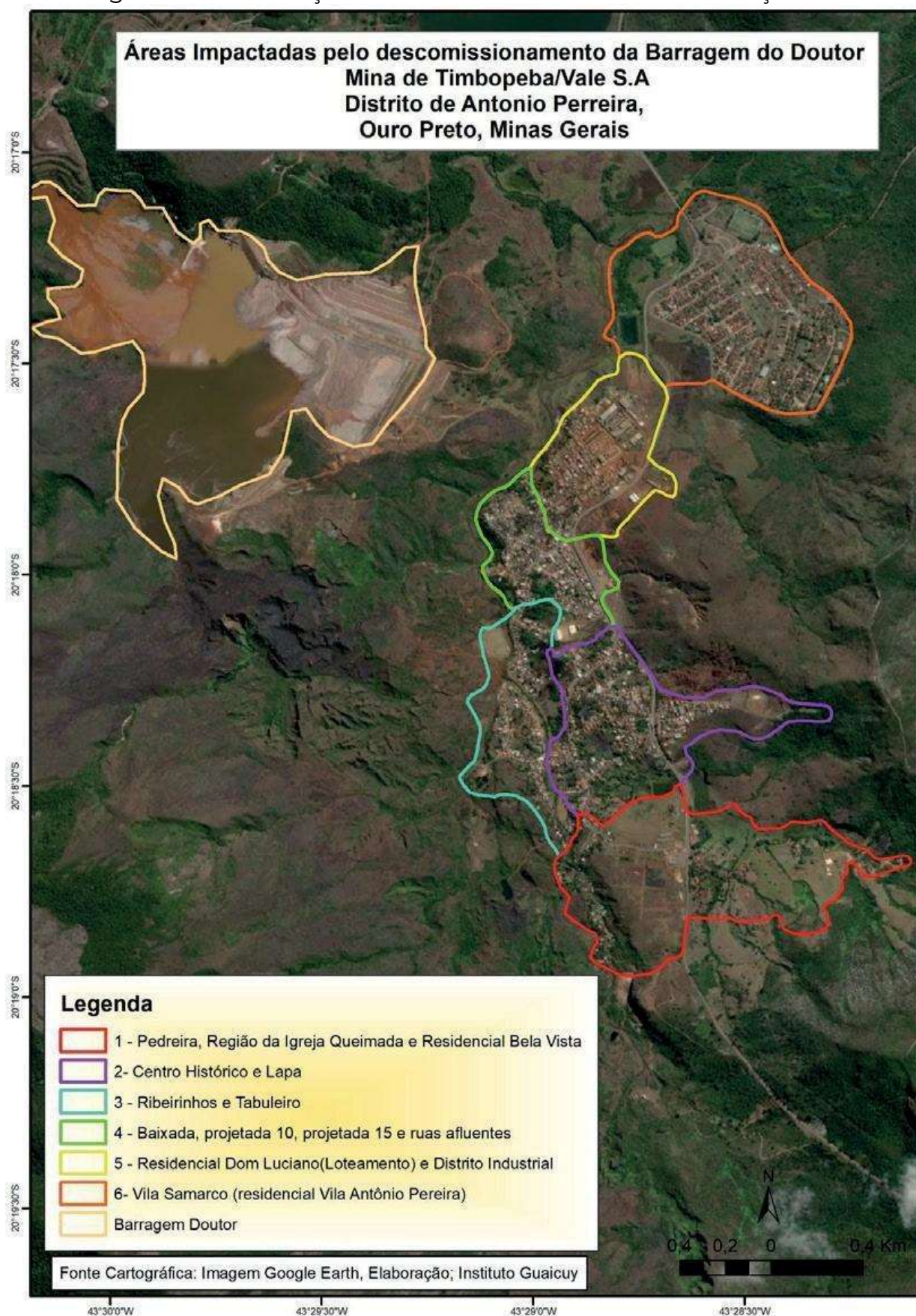
Quadro 1 - Localização de Antônio Pereira com as unidades de conservação no entorno

1 - Pedreira, Região da Igreja Queimada e Residencial Bela Vista
2- Centro Histórico e Lapa
3 - Ribeirinhos e Tabuleiro
4 - Baixada, projetada 10, projetada 15 e ruas afluentes
5 - Residencial Dom Luciano (Loteamento) e Distrito Industrial
6- Vila Samarco (residencial Vila Antônio Pereira)
7- Moradores e proprietários ZAS

Fonte: Guaicuy, 2021



Figura 8 - Distribuição dos territórios iniciais de mobilização



Fonte: Guaicuy, 2021



6.2 ESCUTA LIVRE

Os primeiros contatos com as pessoas atingidas foram realizados por telefone, em função da pandemia de Covid-19. Foram contactados membros da Comissão de Atingidos e lideranças comunitárias, convidados a participarem da primeira reunião virtual com a ATI, realizada no dia 14/04/2021. Esse grupo multiplicou, via Whatsapp para toda a comunidade, o convite da ATI para a segunda reunião, durante a qual os participantes deixaram seus contatos no chat. A lista de contatos aumentou e a divulgação das chamadas para as DRPs nos territórios foi feita com a ajuda dos moradores, que divulgaram nos grupos de Whatsapp os convites.

À medida que os diálogos foram ocorrendo, muitas demandas começaram a ser levantadas pelos mobilizadores sociais, fazendo com que a coleta de dados se iniciasse antes mesmo da realização dos primeiros Diagnósticos Rápidos Participativos - DRP. Foram realizadas também conversas com diretores e professores escolares, representantes de igrejas e lideranças comunitárias, ao longo do processo de construção do plano de trabalho, visando levantar dados sobre o território, a situação atual e também mobilizar esses atores sociais para a discussão do papel da ATI. Essas conversas aconteceram por telefone e, em alguns casos, por vídeo-chamada.

A escuta, comprometida com metodologias de pesquisa empírica, através do DRP, possibilitou que as pessoas atingidas expusessem suas expectativas e desejos em relação aos trabalhos que deverão ser realizados pela assessoria técnica do Instituto Guaicuy.



6.3 DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO

Para cumprir com o disposto no item 4.1.1 do Termo de Referência, sobretudo no que se refere à garantia da participação das pessoas atingidas na elaboração do presente Plano de Trabalho, o Instituto Guaicuy fez a opção metodológica pela aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo - DRP nas reuniões territoriais com as pessoas atingidas..

Assim, foi desenvolvida uma pesquisa social qualitativa com base na ampla experiência acumulada pelo Instituto Guaicuy e por sua equipe técnica, ao longo de mais de vinte anos atuando com metodologias participativas com populações ribeirinhas. A escolha dessa abordagem se deve ao entendimento de que um processo participativo deve proporcionar aos sujeitos sociais a oportunidade de serem protagonistas da leitura de sua própria realidade.

Segundo Souza (2009), o DRP tem origem nos trabalhos de Robert Chambers, nos Estados Unidos. Para este autor a “metodologia prega, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica” (SOUZA, 2009, p. 35).

A metodologia foi selecionada para a elaboração do presente plano em função da sua característica de representar um processo aberto, sobre o qual é possível construir novos caminhos e técnicas, de acordo com a realidade local. O DRP, além de ser um instrumento de pesquisa, traduz e constrói-se com os elementos das culturas locais através das falas, dos desenhos, dos relatos, dos casos e das oralidades. Assim, o DRP, através de vivências, dinâmicas e trabalhos em grupo, vai construindo um sistema de representações, de símbolos, em uma base de dados humanizada, a partir das representações da cultura do grupo. As informações e os dados coletados a partir da aplicação das metodologias apresentadas foram sistematizados, possibilitando o conhecimento preliminar dos principais



problemas vivenciados por cada localidade, levando a compreender de forma inicial os impactos na vida das populações e apontando as aspirações a uma reparação integral dos danos provocados pela atuação da mineradora em seus territórios. As técnicas de DRP utilizadas na construção do Plano de Trabalho foram a) Linha do Tempo e b) os relatos individuais.

Em virtude das medidas de segurança sanitárias adotadas no quadro da pandemia de Covid-19, que preveem uso de máscaras, álcool em gel e principalmente o isolamento social, muitas das ações empreendidas na elaboração deste plano ocorreram online. Essas condições serão reavaliadas e readequadas à medida que novos protocolos sanitários sejam apresentados pelos órgãos responsáveis.

- **Linha do tempo**

A linha do tempo é uma ferramenta que resgata a história do local, rememorando acontecimentos importantes, criando interesse e união entre os participantes e criando ou reforçando a identidade com o território. A linha do tempo pode ser utilizada para identificar e compreender a trajetória das pessoas na comunidade, o processo de mobilização e organização da comunidade, o movimento histórico de ocupação do bairro, a origem dos problemas sociais e ambientais, a montagem da infraestrutura urbana, o surgimento dos recursos sociais, os valores ligados ao ambiente natural e construído, os períodos de crescimento populacional, as festas e locais de lazer no passado, as alterações sociais, ambientais do bairro ou do assentamento nas diferentes etapas do povoamento. No caso da comunidade de Antônio Pereira, a equipe de mobilização definiu algumas perguntas geradoras com o objetivo de trazer à tona dados relacionados à realidade do local. As perguntas eram:

- Qual o marco? Quando isso aconteceu, quando as coisas começaram a mudar?
- Como era antes,
- Como está agora?



- Como queremos que seja?



6.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NOS DRPs

- **Plataforma online Jamboard**

O Jamboard é uma plataforma desenvolvida pelo Google que permite um layout mais atrativo para exposição de trabalhos online. Durante a oficina de DRP, a equipe de mobilização descreveu e sistematizou em tempo real as falas expostas pela comunidade de Antônio Pereira. O recurso serviu de apoio para capturar e registrar as falas ao longo do evento e, ao final, apresentar o resultado aos participantes para validação. A próxima figura apresenta um pequeno recorte.



Figura 8 - Síntese dos DRPs aplicados



Fonte: Guaicuy, 2021



- **Sistematização das falas com definição dos temas e levantamento preliminar dos danos e direitos violados**

Para conferir maior entendimento aos temas apresentados durante os encontros e tornar a devolutiva para a comunidade de Antônio Pereira mais didática e objetiva, a equipe de mobilização realizou uma sistematização, em forma de tabela, das falas dos moradores (expostas no Jamboard e colhidas pelas anotações de relatoria). As falas foram relacionadas aos **direitos violados** apresentados pelo Ministério Público e às categorias **“danos”, “o que a ATI pretende fazer” e “reparação integral”**. O esforço de trazer para a tabela todos os trechos colhidos das falas dos moradores ao longo das DRPs proporcionou uma visibilidade da relação entre as percepções dos atingidos, os direitos, o papel da ATI e as possibilidades de encaminhamentos, o que ajudou a preparar o material para a reunião de devolutiva com a comunidade, assim como a embasar o presente Plano de Trabalho. Essa sistematização permitiu obter maior compreensão do processo como um todo, resultando em uma tabela a ser complementada e consultada ao longo do trabalho de mobilização futura, por todas as equipes envolvidas no trabalho. O quadro abaixo (Quadro 2) exemplifica como as informações foram organizadas. A seguir, na Figura 9 apresentamos algumas das pautas apontadas nos encontros que foram sistematizados na tabela.



Quadro 2 - Exemplo da Matriz de sistematização dos dados

DIREITOS VIOLADOS	FALAS ATINGIDOS	DANOS CAUSADOS	O QUE A ATI PRETENDE FAZER?
Direito à saúde, Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, Direito à contemplação do meio ambiente natural, e Direito à informação	"A casa não pára limpa" "Aumento de problemas respiratórios" "Meu filho, com 1 ano de vida, teve crise de bronquite e teve que internar" "Comunidade precisa informações sobre qualidade do ar" "Muita alergia devido ao grande aumento das poeiras"	Poluição do ar/ adoecimento (doenças respiratórias)/ sujeira na rua e nas casas/ insegurança em razão da ausência de informações e de respostas às dúvidas	Contratação de consultoria especializada para estudo da qualidade do ar (questão da poeira) , no intuito de informar a população e subsidiar pedidos de medidas para baixar o nível de poluição no local
Direito à saúde; Direito à tranquilidade, à paz e ao bem estar; Direito à informação	"estou doente" "vivo com medo" "estamos gastando muito com medicamentos" "Minha avó já é de idade tá com depressão" "O risco da barragem abala o psicológico, agrava o estado de saúde da minha filha" "Eu fico nervosa quando lembro da barragem" "Minha mãe tá com depressão" "Minha avó tem que tomar remédio pra dormir" "Insônia" "Perigoso até adoecer de tanto incômodo" "Sofrimento psicológico" "Vivo com o medo de não saber o meu amanhã"	Perturbação do descanso/ agravamento de adoecimentos psicológicos/ insegurança em razão da ausência de informações e de respostas às dúvidas	Contratação de consultoria especializada para avaliação dos ruídos (barulhos) emitidos pelo intenso tráfego de máquinas pesadas que estão trabalhando em obras da empresa Vale em Antônio Pereira, no intuito de informar a população e subsidiar pedidos de medidas que visem coibir o excesso dos ruídos, sobretudo a noite.
Direito à liberdade de locomoção (ir, vir e permanecer)	"A Vale proibiu o acesso às cachoeiras" "Tirou as nossas cachoeiras" "Quando a Vale chegou nós já vivíamos aqui" "Hoje nas montanhas só vemos obras" "Não podemos mais nadar nas cachoeiras" "Cachoeiras foram cercadas" "Não pode ir nas cachoeiras, os guardas tiram"	Impossibilidade de usufruir das belezas naturais locais/ Restrição das possibilidades de lazer/ insegurança em razão da ausência de informações e de respostas às dúvidas	Articulação com o Ministério Público e com a Vale para que sejam revistas as proibições de circulação de pessoas em determinados lugares, e também para que a comunidade tenha informações sobre as rotas das estradas

Fonte: Guaicuy, 2021.



Figura 9 - Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas

INCERTEZAS DO FUTURO	PREOCUPAÇÃO COM OS JOVENS	POLUIÇÃO	MORTE DE ANIMAIS
MEDO GENERALIZADO	PREOCUPAÇÃO COM AS MULHERES	BARULHO	AUMENTO DE ANIMAIS PEÇONHENTOS
INSEGURANÇA PÚBLICA E PATRIMONIAL	PREOCUPAÇÃO COM OS GARIMPEIROS	AUMENTO DE TRÁFEGO DE CAMINHÕES	NÃO TEMOS GARANTIAS
DIMINUIÇÃO DAS NASCENTES	PREOCUPAÇÃO COM OS IDOSOS	POEIRA	ENCHENTES
PERDA DAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E FAMILIARES	ADOCIMENTOS	DESVALORIZAÇÃO DE PROPRIEDADES	CASAS RACHADAS COM MEDO DE DESABAMENTO
MÁ QUALIDADE DA ÁGUA	SOFRIMENTO MENTAL	MANCHA AFETA TODA A POPULAÇÃO	TEMOR POR REPRESÁLIAS
ÁREAS EVACUADAS "FANTASMAS"	AUMENTO DE GASTOS	PERDA DA IDENTIDADE DO TERRITÓRIO	IMPACTOS FAUNA E FLORA
MUDANÇA NO MODO DE VIVER	PERDA DA RENDA	ESTIGMA	DANOS NA INFRAESTRUTURA
PERDA DO ACESSO ÀS CACHOEIRAS	FALTA DE INFORMAÇÕES DA VALE	FALTA DE RETORNO ECONÔMICO	PROJETOS DE VIDA MODIFICADOS
PREOCUPAÇÃO COM AS CRIANÇAS	VIOLÊNCIA NAS REMOÇÕES	FALTA DE OPORTUNIDADES	GRANDE POPULAÇÃO FLUTUANTE

Fonte: Guaicuy, 2021.



Em seguida, a partir das pautas identificadas, foi possível preparar a devolutiva da coleta de informação, realizada nos encontros anteriores.

a) Nuvem de palavras

Para demonstrar os resultados obtidos a partir do DRP, foi elaborada uma “nuvem de palavras”, recurso gráfico utilizado para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto de forma objetiva e direta. A nuvem ilustrada abaixo, apresenta as falas que mais apareceram com relação à terceira pergunta geradora do DRP, “O que queremos”. A equipe da ATI transcreveu para um software, as respostas dessa terceira pergunta, dos 7 encontros territoriais com a comunidade de Antônio Pereira. Dessa forma, o tamanho da fonte em que a palavra é apresentada está relacionado à frequência da palavra no texto: palavras mais utilizadas são desenhadas em fontes de tamanho maior. Assim é possível ter uma visão geral das manifestações e dos principais anseios dos participantes. A Figura 3 apresenta a nuvem do que a comunidade de Antônio Pereira quer:

Figura 10 - Nuvem de palavras



Fonte: Guaicuy, 2021

A sistematização das informações colhidas no DRP nos aponta para pautas que subsidiam a construção do Plano de Trabalho de Antônio Pereira, visto como a materialização de uma forma de entender o futuro, um prognóstico inicial que parte de um momento histórico e espacial.



6.5 TRABALHO DE CAMPO

- **Reconhecimento de questões levantadas nos DRPs**

No dia 01/05/2021, foi realizado um trabalho de campo com objetivo de reconhecimento do distrito de Antônio Pereira por profissionais do Instituto Guaicuy. Aproveitou-se para distribuir mosquitinhos (*flyers*) e fixar cartazes sobre o trabalho da ATI e com convite para a reunião de devolutiva dos DRPs do Plano de Trabalho, do dia 07/05. Seguindo protocolos de segurança por conta do contexto da pandemia de Covid-19, a distribuição do material aconteceu em locais públicos, comércios, bares e sorveterias da Vila Samarco e da sede de Antônio Pereira.

O trajeto partiu da Vila Samarco e seguiu pelo Residencial Dom Luciano, Baixada e ruas Projetadas, onde aconteceram conversas espontâneas com moradores que estavam na rua e foram tiradas fotos das casas onde houveram remoções. Parou-se à beira do Córrego Água Suja, território Ribeirinhos, onde foram distribuídos convites aos moradores, que contaram rapidamente sobre os transtornos causados pelas obras de descomissionamento. Seguiu-se para o Centro Histórico. O último local visitado foi a Pedreira, onde se pôde constatar o impacto da construção da estrada da Vale para descomissionamento da barragem.

6.6 ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Como explica o professor Marcelo Lopes de Souza:

[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno [...] tentar simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de melhor precaver-se dos prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2002, p 46).

O Plano de Trabalho é o resultado de todo o processo descrito, mas também de uma conjuntura socioespacial e foi construído em proximidade com as diferentes comunidades e realidades sociais. Mas, é



importante destacar que a dinâmica socioespacial sempre é múltipla, dinâmica e complexa. As realidades das comunidades e das pessoas atingidas são ativas, constroem múltiplas territorialidades que se alteram a cada momento, a qualquer decisão e nas diferentes ações. Novas realidades demandam revisões do que se pensou e do que se previu, fazendo com que os planos necessitem de adequações às novas complexidades socioespaciais que foram transformadas pelos atores envolvidos. Por isso, as metodologias e ações propostas podem passar por ajustes e aperfeiçoamentos, de acordo com os desejos das comunidades atingidas. Esse eventual processo de alteração será construído de forma ampla, participativa e transparente, estruturando avaliações e dinâmicas que permitam às pessoas atingidas, às instituições de justiça e à ATI perceber e propor adequações que se façam necessárias. Devido a isso é previsto que o Plano de Trabalho seja revisto periodicamente para contemplar as mudanças necessárias.



6.7 APRESENTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A partir dos objetivos da assessoria técnica, da atribuição que lhe é dada e da escuta ativa das pessoas atingidas, uma apresentação foi elaborada para a validação do Plano de Trabalho, que foi realizada no dia 07 de maio de 2021. A devolutiva ocorreu no formato de encontro online, com a participação de 82 pessoas. Foi realizada uma apresentação de slides das atribuições da ATI, vinculadas às possíveis ações da assessoria e às falas das pessoas atingidas. A imagem abaixo ilustra alguns dos slides utilizados na apresentação.

Figura 11 - Devolutiva para validação com as pessoas atingida



Fonte: Guaicuy, 2021.

A imagem abaixo ilustra um dos momentos de validação.



Figura 12 - Reunião de validação das propostas com a comunidade de Antônio Pereira



Fonte: Guaicuy, 2021.

Após a apresentação do processo participativo da coleta de informações que basearam a elaboração deste Plano de Trabalho, apresentamos a seguir os pressupostos do trabalho de mobilização e comunicação social empreendido pelo Instituto Guaicuy para assessoria técnica independente às comunidades e pessoas atingidas pelo descomissionamento e acionamento do PAEBM da barragem de rejeito da mineradora Vale S.A.



6.8 PRESSUPOSTOS DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A dimensão dos danos gerados pela instalação de barragem de rejeito, assim como pelo seu descomissionamento e acionamento de um Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração é complexa e requer um elaborado arranjo metodológico que disponha não apenas de metodologias técnico-científicas, mas também de pressupostos de atuação e de definição de formas de entendimento do papel da assessoria frente à realidade complexa das pessoas e comunidades atingidas. No cenário de perdas provenientes dos danos provocados pela mineradora Vale S.A, um dos aspectos que pressupõem a existência da ATI às pessoas atingidas é a mobilização social. Mobilização social é um processo de diálogo, de construção entre sujeitos.

(...) mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados... Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente (TORO e WERNECK, 1996).

É papel da ATI mobilizar as pessoas atingidas para que se consiga convocar e dialogar com os direitos, as ansiedades, as variadas dúvidas e os questionamentos das pessoas atingidas e da sociedade. É construir, em conjunto com as pessoas atingidas, uma ação política e reivindicatória, orientada para a estruturação de um projeto coletivo e participativo no qual a pessoa atingida seja protagonista nos processos de reparação dos danos causados. O Instituto Guaicuy propõe-se a uma dedicação contínua ao processo de mobilização social, buscando fomentar a participação e o engajamento dos sujeitos.



A mobilização social é um trajeto, um caminho importante para a proximidade e para a construção de autonomia entre os diferentes sujeitos, fomentando a participação social para a reivindicação de direitos. Perceber essa abordagem proposta pelo Instituto Guaicuy é fundamental para o reconhecimento de que a mobilização social é entendida enquanto um processo educativo, que dialoga diferentes saberes e práticas sociais. Dialogar com os diferentes sujeitos é uma oportunidade para a compreensão das diferentes forças, conflitos e contradições que existem em uma realidade tão complexa quanto a das pessoas atingidas. É um processo contínuo, múltiplo e de forte subjetividade, pois remete às experiências de vida e a diferentes contextos sociais. A mobilização social se faz no território, nas comunidades e na proximidade com o cotidiano. Junto à ela a comunicação é um importante instrumento de mobilização social e de acesso à informação.

Dessa forma, a mobilização social e a comunicação social são uma possibilidade para a construção de diferentes leituras de mundo da pessoa atingida e de seu papel no processo de reparação, suas possibilidades e responsabilidades. Para a efetivação da tradução e do diálogo de conhecimentos, é necessário, durante o processo de mobilização social, o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário para o diálogo e para a interação. A participação das pessoas atingidas na construção do plano de reparação e de compensação pelos danos gerados pelo acionamento do PAEBM e pelo descomissionamento da Barragem Doutor é fundamento e pressuposto do Plano de Trabalho e parte do reconhecimento de diferentes saberes construídos pela prática social e pela subjetividade dos sujeitos sociais.

Esses encontros e formas de trabalho são entendidos enquanto ferramentas para a construção do diálogo e da interação entre as diferentes formas de conhecimento. Outras ferramentas são propostas, mas sempre com a finalidade de construir proximidade e facilitar as



trocas entre as pessoas atingidas e a assessoria técnica, tais como a construção de jogos, de maquetes, elaboração conjunta de cartilhas, mapeamentos sociais e oficinas, entre outros. Cada uma dessas ferramentas é entendida enquanto estratégia e plataforma para o compartilhamento de saberes e a produção coletiva de conhecimento e das lutas nos territórios. Todas as ferramentas e construções são realizadas em conjunto com as pessoas atingidas e terão como referência a realidade social, e as práticas de vida. Informações, dados, questionamentos e dúvidas são dialogados com o cotidiano, permitindo relações de aprendizagem (tanto das pessoas atingidas quanto da assessoria técnica) significadas em proximidade a cada realidade e aos variados contextos sociais.

- **Comunidades atingidas e Comunicação: o direito à voz**

As ideias de Paulo Freire dão base à concepção que orienta a estratégia de comunicação popular aqui adotada, infundindo-lhe ânimo de aliada e destacado suporte à mobilização cidadã e à participação informada das pessoas atingidas pela “lama invisível” que assombra e aflige os moradores do distrito de Antônio Pereira.

Freire (1979) ilumina, com sua obra “Extensão ou Comunicação? ”, o caminho para uma comunicação que seja diálogo, processo horizontal e participativo. Pesquisadores do tema, Ana Paola Amorim, Juarez Guimarães e Venício Lima ecoam essa compreensão ao pontuar que “sem direito à voz pública – o direito de falar e ser ouvido – não se forma o cidadão livre” (2014). Peruzzo (p. 43) realça que “o direito de comunicar refere-se, antes e acima de tudo, à “recuperação do direito a ter voz, expressar-se autonomamente” e, ainda, que “o próprio resgate da voz (...) antecede e vai além de aparatos tecnológicos, mas os inclui”, como anotou em 2007.

Trata-se, portanto, de cinzelar a comunicação como fazer dialógico – e não como transmissão unilateral de conteúdos –, amplificado pelas múltiplas possibilidades criadas a partir das novas tecnologias.



A comunicação verdadeira é via de mão dupla, partilha e construção de sentidos, que se alimentam contínua e reciprocamente. O primeiro pressuposto decorrente dessa matriz é o de que o trabalho de comunicar não deve ser feito apenas por mãos “profissionais”. Incorporar de fato os saberes populares implica possibilitar que se manifestem também no âmbito comunicacional, razão pela qual o Plano de Trabalho do Instituto Guaicuy para essa área específica de ação da assessoria técnica de Antônio Pereira tenciona tecer uma teia de comunicação em que o ato mesmo de produção seja partilhado pela equipe a ser contratada e pelas vítimas da Vale, num concerto de muitas mãos, vozes e sentidos. Opta-se, pois, pela abordagem de uma comunicação focada na participação social e na construção coletiva de soluções a partir da própria visão de mundo das pessoas atingidas, mesclando princípios e metodologias da comunicação popular (PERUZZO, 2008) e da comunicação para a mudança social (CALDERÓN et al, 2015).

Na busca pela construção de narrativas que subvertem a lógica estabelecida de poder, a comunicação para a mudança social pode ser sintetizada como “um processo de diálogo público e privado, a partir do qual as pessoas decidem quem são, quais são suas aspirações, o que necessitam e como podem administrar coletivamente para alcançar suas metas e melhorar suas vidas” (CALDERÓN et al, 2015. p. 38).

A comunicação popular está profundamente ligada à transformação das estruturas de poder vigentes e faz, dos diferentes sujeitos sociais, simultâneos, protagonistas e destinatários principais do ofício de comunicar. A construção dessa rica e diversificada rede de sabenças ambiciona desencadear processos comunicacionais com o fim de fortalecer os laços entre as pessoas atingidas e seu autorreconhecimento como interlocutores essenciais para a construção do processo de reparação. É uma forma de pensar a comunicação a partir do estabelecimento de laços afetivos de sentimento de comunidade e no desenvolvimento da cidadania por meio dos processos comunicativos, estruturados como artefatos para a mobilização social, o empoderamento comunitário e a ação individual e



coletiva.

Ao adotar essa estrada, o presente Plano de Trabalho entende que convívio, escuta e troca constantes entre a assessoria técnica e as pessoas atingidas poderão potencializar a construção de uma concepção coletiva sobre a reparação integral, escrita pelas pessoas atingidas na condição de protagonistas da sua história. Por outro lado, e em harmonia com a determinação da Justiça, integra ainda os objetivos deste Plano a garantia do direito à informação de qualidade às pessoas atingidas.

Essa via, por sua alma democrática e transparente, além de conferir credibilidade e eficácia aos conteúdos gerados, permite que os saberes transformadores da cultura popular sejam absorvidos pelo Instituto Guaicuy e por seus profissionais, em relação permeável de conhecimentos.

Assim, propõe que as comunidades sejam integradas à produção informativa em todas as suas fases e instrumentos, do estabelecimento de meios e pautas à produção, distribuição e avaliação, agregando valor e vivências ao processo comunicacional. Programas de rádio e podcasts, vídeos e design, boletins e cartilhas, cinema na rua e outros meios de registro e transmissão da informação e de apreensão da realidade serão palco dessa simbiose e fruto da construção solidária, horizontal e participativa da Educomunicação.

6.9 METODOLOGIAS PARA O DIÁLOGO COMUNITÁRIO

Considerando ser imprescindível garantir o protagonismo das pessoas atingidas no procedimento de reparação, bem como as articulações e processos organizativos preexistentes no distrito de Antônio Pereira, são propostos alguns conjuntos de métodos para o diálogo comunitário e a interação social, tais como rodas de conversa, intercâmbio de saberes e momentos de formação. É importante considerar que, para cada abordagem a ser utilizada (relacionadas à



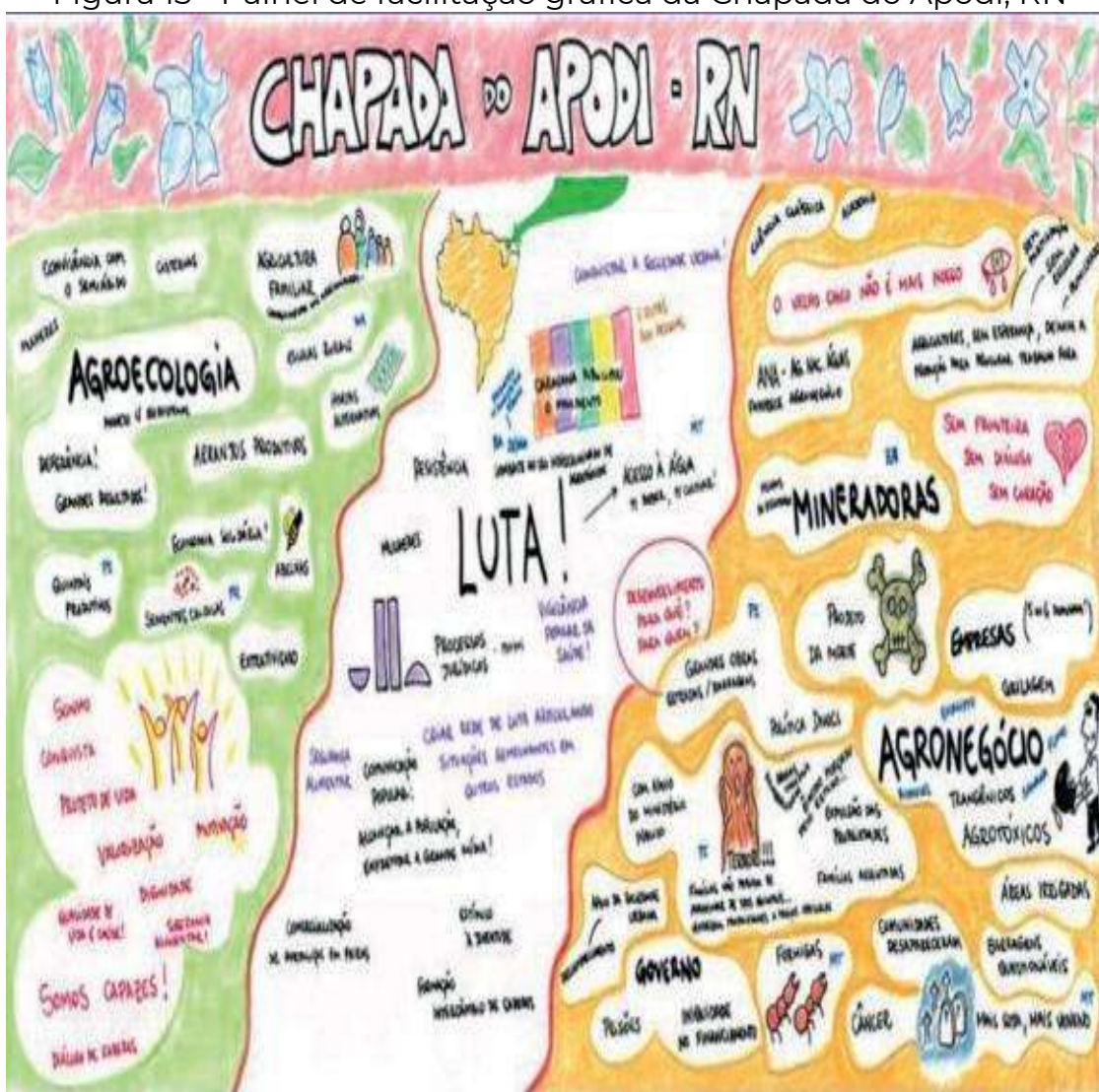
seguir), está prevista a inserção de técnicas transversais de potencialização do diálogo, ampliação da escuta e padronização do registro que irão facilitar tanto a condução de diálogo com as pessoas presentes nos encontros quanto sistematização dos dados.

As **facilitações gráficas** permitem retratar e sistematizar ideias e falas abordadas num determinado encontro a partir de representações gráficas. Este registro, ao longo das reuniões e encontros, proporciona uma visão global da discussão e estimula a participação das pessoas.

A estratégia de facilitação gráfica, pode ser utilizada tanto no formato virtual como no presencial. Para as reuniões remotas, a equipe de mobilização utilizou a plataforma *Jamboard*, nos DRPs para a produção deste Plano de Trabalho. No formato presencial, as facilitações são realizadas através do uso de cartolinas e canetinhas de cores diversas. A figura abaixo (Figura 12) ilustra um exemplo de facilitação gráfica, utilizada em outro contexto.



Figura 13 - Painel de facilitação gráfica da Chapada do Apodi, RN



Fonte: Naves e Reis, 2017.

Além das facilitações gráficas, a ATI prevê também trabalhar com as **Instalações artístico-pedagógicas**. Estas são ideais para ambientes de troca e integração de saberes, proporcionando um espaço artístico-educativo através da construção, pelas pessoas atingidas, de cenários a partir de elementos trazidos por elas mesmas, rompendo com a lógica exclusiva da oralidade e autenticando os conteúdos, o que também pode ser adaptado à realidade dos encontros remotos.

O método da **Roda de Conversa** é uma abordagem em grupo que prioriza a relação entre os pares em torno de um tema comum. A participação é voluntária e não há pretensão de se esgotar um tema ou construir um plano de ação para atuar na temática discutida. O objetivo principal das rodas de conversa é a criação ou estreitamento dos vínculos



entre as pessoas atingidas, de espaços de diálogo sobre os problemas, os preconceitos, as diferenças ou demais temas que emergem dos grupos. Considera-se que as rodas de conversa, por meio da interação, ampliam o repertório discursivo (tanto das pessoas atingidas quanto da assessoria técnica) e de conceitos importantes para o entendimento dos danos gerados e direitos violados pelo acionamento do PAEBM e pelo processo de descomissionamento da barragem de Doutor, assim como das ações necessárias à reparação integral.

○ **Intercâmbio de saberes** é uma metodologia que pode articular encontros entre as pessoas atingidas num aspecto interterritorial, considerando, preferencialmente as comunidades vizinhas ao distrito periurbano de Antônio Pereira, tais como aquelas do Alto Rio Doce (Mariana e Barra Longa), atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, como potências para intercambiar experiências e conhecimentos. Tal técnica serve para estabelecer um elo entre as pessoas atingidas por barragens e possibilitar a troca de vivências sobre determinado assunto de grande relevância e comum a elas, como sua relação com as nascentes e rios (abundantes nestas regiões do Quadrilátero Ferrífero) ou a produção e beneficiamento de alimentos, eixos possíveis de serem tratados. Tal técnica é um momento que propicia às comunidades a oportunidade de refletir sobre o eixo trazido, como o laço que une os diferentes modos de vida, um momento que pode ser considerado de celebração e oportuno para demonstrar os resultados alcançados pelos moradores no caminho da reparação integral e auto-organização.

Fundamentados em temáticas relevantes identificadas pela mobilização ou demandadas pelos núcleos, serão realizados os **momentos formativos**, que têm o potencial de aproximar discursos e mediar informações para a formação das pessoas atingidas. Ao mesmo tempo permite troca de saberes e aproximação entre equipe técnica e comunidade atingida, permitindo além de troca de conhecimentos, maior aproximação dos anseios e desejos da comunidade sobre os diversos temas que envolvem a situação vivenciada. Os momentos



formativos podem ser desenvolvidos em diferentes formatos, decididos sempre em conjunto com os núcleos, e podem ser das mais diversas temáticas e finalidades, como por exemplo a formação em direitos humanos e receptivo turístico, cuja demanda foi observada durante os encontros para o DRP no qual se baseia este plano de Trabalho. A atividade de formação sobre direitos visa subsidiar as pessoas atingidas em todo o processo de reparação, fortalecendo-as no conhecimento de seus direitos, a fim de ofertar a formação necessária a partir de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, baseada em documentos oficiais, tratados nacionais e internacionais sobre a temática, objetivando fortalecer os direitos humanos e promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a reparação integral das perdas e danos sofridos pelas atingidas e atingidos do distrito de Antônio Pereira.

A **Formação em direitos humanos** pressupõe o reconhecimento do Direito à Assessoria Técnica Independente – ATI para as pessoas atingidas pela barragem Doutor, em observância ao Art. 3º, inciso VIII da PEAB, foi um avanço importante para a garantia dos Direitos Humanos das pessoas em questão.

A relação entre crimes ambientais e a totalidade das relações sociais é sociologicamente central, ou seja, os problemas relativos ao meio ambiente não podem ser abstratamente desconectados de um contexto global, no qual se intensifica a destruição ambiental e a acumulação por espoliação das riquezas coletivas (HARVEY, 2004), principalmente em territórios habitados por grupos com pouco poder político e econômico. É pressuposto para o enfrentamento de crimes ambientais, como esse em questão, a rearticulação entre degradação ambiental e injustiça social.

Nesse contexto, as desigualdades nas condições de participação em um espaço com normas preestabelecidas, onde prevalece a linguagem técnica e científica, obscurecem as relações de poder e o desequilíbrio de poder político nos processos participativos, ainda mais



intensificados pela vulnerabilidade de populações em risco.

Por isso, dentre os objetivos específicos da ATI, está a formação em Direitos Humanos, com linguagem acessível e metodologias adequadas às especificidades locais, no intuito de contribuir com o entendimento das pessoas atingidas sobre o que é violação de Direitos, como é possível repará-los e quais são as atribuições das Instituições de Justiça na reparação integral, assim como as obrigações da empresa Vale S.A, ré no processo. Tal entendimento visa tornar menor a assimetria de poderes das partes em relação ao processo e, portanto, instrumentalizar as atingidas e os atingidos na formulação participativa do processo todo, desde o diagnóstico dos danos até a execução do plano de reparação. Em consonância com o Princípio da Centralidade do Sofrimento da Vítima (Proteção Internacional dos Direitos Humanos) e com o Princípio de Dignidade da Pessoa Humana (Constituição Federal), consideram-se as vítimas dos impactos ambientais, políticos, sociais etc como os sujeitos mais legítimos na proposição de resoluções. O conteúdo da formação será organizado em diálogo com os problemas dos territórios e a percepção dos danos expressada pelas pessoas nos DRPs para o Plano de Trabalho. Mais temas serão incorporados às discussões ao longo do processo de mobilização social nos núcleos. A formação será uma ferramenta de mobilização social, contribuindo com a participação informada e mobilizando pessoas atingidas para participação nos núcleos, ao mesmo tempo que os núcleos ajudarão a mobilizar pessoas para os cursos. Os temas tratados na formação permearam as discussões e atividades dos núcleos ao longo de todo o processo de atuação da ATI.

Um agente de fortalecimento dos laços comunitários, manutenção da mobilização do território e de coesão social, é a **memória social**. Durante as consultas e encontros realizados com a população atingida de Antônio Pereira, vários foram os relatos sobre o processo de destruição da história daquele território carregado de história e cultura, e assim não é só o limite físico que o define, mas o território usado, que para o geógrafo Milton Santos:

(...) é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 14).

Para Haesbaert (2004), territorializar pode significar controlar fluxos/ redes e construir referências num espaço em movimento, no e pelo movimento. As pessoas atingidas querem controlar e reconstruir suas referências identitárias. Nessa perspectiva, os territórios que antes pareciam cristalizados e distantes tornam-se conceitualmente permeáveis e dialógicos. As consequências do não reconhecimento das territorialidades existentes como forma de restringir o conceito de pessoas atingidas é a fragmentação social que provoca uma série de doenças relacionadas à saúde mental, como a depressão, a baixa autoestima e o sentimento de abandono. Além disso, torna-se ainda mais complexo pensar na reparação dos danos causados pelo desastre se a memória comunitária está em processo de destruição. Para o Instituto Guaicuy, o resgate histórico é fundamental para a reconstrução da dignidade das comunidades atingidas no distrito de Antônio Pereira, principalmente, para mitigar os sofrimentos mentais causados. É também fundamental para compreender as perdas imateriais da comunidade no intuito de reparar integralmente o dano. Faz-se igualmente necessário o entendimento cultural e social que alicerce a compreensão das perdas coletivas, através de um trabalho de reconhecimento, manutenção e valorização da memória comunitária das pessoas atingidas. Propõe-se uma leitura das Multiterritorialidades e da Memória Sociocultural através do aprofundamento do **Diagnóstico Rápido Participativo** (DRP), com recolhimento de técnicas diferenciadas como história oral, das imagens antigas e da elaboração de cartilhas e vídeos sobre os modos de vida das pessoas, incluindo o grupo de garimpeiras/os.

Através do **Mapeamento dos territórios e da articulação de rede** pretende-se obter conhecimento necessário do território como ferramenta para a proposição de ações efetivas e que dialoguem com as demandas reais de cada comunidade. Os territórios não são



necessariamente estáticos em uma área, mas sim dinâmicos e construídos a partir das relações entre os indivíduos e os grupos sociais, e suas territorialidades são definidas por essa interação (MACHADO, 2017). Conforme a autora, as territorialidades, além de incorporarem as vertentes políticas do território, também trazem relações econômicas, sociais e culturais, uma vez que representam o modo como os grupos sociais utilizam suas terras e a forma que se organizam. Realizar o mapeamento dos territórios de Antônio Pereira servirá para orientar a formação dos núcleos comunitários, identificar referências locais e ampliar as compreensões dos territórios, além de identificar demandas e potencialidades da população do distrito.

No sentido estrito da palavra, mapear significa rastrear, realizar um rastreamento, identificar. Será preciso rastrear as unidades familiares para que se possa propor o mapeamento dos núcleos comunitários com os quais serão dialogados os processos de entendimento dos danos. Além disso, compreende-se o mapeamento como uma grande estratégia de conhecimento e aproximação do território. Se entendemos o território enquanto algo vivo e dinâmico, o mapeamento faz-se necessário ao longo de todo o trabalho. É essencial que a assessoria conheça as famílias, os equipamentos, as histórias, relações, demandas e ofertas de serviços para um melhor encaminhamento e acompanhamento das demandas.

Para além do mapeamento, a assessoria prevê a realização de uma articulação de rede. Entende-se essa ação como um desencadeamento do mapeamento, da aproximação e das nucleações nos territórios do distrito. Propõe-se, com esta atividade, a promoção de encontros sistemáticos e periódicos com alguns representantes dos núcleos, das políticas públicas locais e territoriais (assim como CRAS, UBS, Escolas e Universidades), entidades socioassistenciais, além de movimentos sociais e outros atores com atuação local, a fim de coletivizar as demandas do território, compartilhar e trocar estratégias e agir coletivamente (ATI + população atingida + políticas públicas + movimentos sociais + universidades) no território.



Esse trabalho de rede se propõe a discutir e agir no território a partir da coletivização de demandas que vão surgindo ao longo do trabalho, com todos os atores mapeados anteriormente. Ressalta-se que não se pode ignorar a realidade do distrito de Antônio Pereira, marcado pelos piores índices municipais em questões como saúde, violência, baixa renda e alta vulnerabilidade social. Tais índices se agravam não apenas com a pandemia, mas acrescido a isso, com o descomissionamento da barragem pela Vale. É diante dessa realidade que se compreende a situação de alta vulnerabilidade social do Distrito.

Esses diferentes pressupostos metodológicos e ferramentas de diálogo são instrumentais para as ações de mobilização e de comunicação social com vistas à construção coletiva da reparação integral dos danos causados pelos processos de acionamento do PAEBM e descomissionamento da Barragem Doutor, da mineradora Vale S.A.

A seguir, apresentaremos a estrutura organizacional de como se dará o desenvolvimento dos trabalhos pela ATI com as pessoas atingidas de Antônio Pereira.



7 O TRABALHO QUE SERÁ DESENVOLVIDO PELA ATI

Para entendimento inicial do complexo trabalho a ser desenvolvido em Antônio Pereira, com vistas a prestar assessoria técnica independente às pessoas atingidas, foi estruturado um raciocínio organizacional para entendimento da execução desse plano de trabalho.

Conforme a imagem abaixo, o escopo do trabalho de assessoria técnica parte do princípio de ações interdisciplinares, tendo como eixo a busca pela reparação integral das pessoas e comunidades atingidas pelos danos causados pelo acionamento do PAEBM e descomissionamento da barragem de minério da empresa Vale S.A.

Novamente recordamos o que dispõe o item 1.3 do “Edital de Chamamento Público” para credenciamento das entidades interessadas em prestar Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas pela barragem Doutor, e o item 1.1.2 do Termo de Referência: compete à ATI garantir o Direito das pessoas atingidas à participação informada nos processos de reparação integral.

Considerando a perspectiva da reparação integral apresentada no item “4. Justificativa”, ressaltamos alguns exemplos de processos que deverão contar com a participação informada das pessoas atingidas: cadastro das pessoas atingidas, levantamento de danos, valoração dos danos, planos de reparação dos danos, acordos judiciais e extrajudiciais, programas e projetos voltados à reparação integral, e obras referentes à descaracterização da Barragem Doutor.

As ações do plano de trabalho são estruturadas em três frentes complementares apresentadas em fluxo na próxima figura e abaixo listadas:



- 1) Diálogos comunitários para a construção de autonomia;
- 2) Participação informada nos processos de reparação integral;
- 3) Governança e Articulação Institucional.

Figura 12 - Estruturação do Plano de Trabalho



Fonte: Guaicuy, 2021.

As atividades e ações da ATI acontecerão muitas vezes de forma simultânea e contemplando mais de um momento de trabalho. A seguir são apresentados esses conjuntos de ações e atividades que operacionalizam o Plano de Trabalho, atendendo às demandas e aos objetivos propostos.

7.1 DIÁLOGOS COMUNITÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA

Esse momento do trabalho está diretamente ligado às formas de diálogo com as comunidades e pessoas atingidas, buscando construir com elas um processo dialógico de compreensão dos danos causados, através das frentes de i) Mobilização Social e Gestão de Demandas; ii) da Comunicação Social e iii) do Acolhimento Multidisciplinar psicossocial e



jurídico. As frentes de comunicação e mobilização social trabalharão juntas para garantir a participação informada das pessoas atingidas em todos os processos que visem a reparação integral.

Já a Coordenação de Acolhimento, além de também cumprir esse papel, terá como tarefa promover a escuta qualificada e estreitar o vínculo com as pessoas atingidas, partilhando saberes para poder compreender melhor os danos causados.

O acolhimento prestado pela Assessoria Técnica Independente inclui: orientações, esclarecimento de dúvidas e informações sobre seus direitos individuais e coletivos; suporte psicossocial para pessoas que queiram conversar e queiram esclarecimento sobre direitos sociais e/ou encaminhamento para serviços públicos municipais e comunitários (de saúde, assistência social, educação, etc).

As formas de organização e as atribuições de cada uma dessas frentes serão apresentadas à seguir:

7.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DE DEMANDAS

- **Gestão de demandas**

Considerando a importância da organização social no processo de transformação da realidade, a mobilização constitui uma das principais frentes de atuação do Instituto Guaicuy. O contexto da pandemia da Covid-19 segue sendo um desafio para a mobilização social e, por isso, a **gestão de demandas** se torna fundamental. Sabemos que, mesmo com a dificuldade do acesso à internet, as redes sociais se tornaram um importante canal de comunicação. Deste modo, a gestão de demandas, ou seja, o tratamento das solicitações que chegam para a ATI, pode se configurar nas seguintes frentes:



- Atendimento das pessoas atingidas por meio do telefone institucional: esse contato tem como objetivo aproximar as pessoas atingidas dos trabalhos da ATI e garantir o acesso à informação. Um número institucional será disponibilizado com o objetivo de facilitar esse contato;
- Grupos de Whatsapp: grupos serão formados com o objetivo de facilitar o diálogo da comunidade com seus respectivos núcleos comunitários;
- Diálogos comunitários sobre os danos causados pelo acionamento do PAEMB e pelo descomissionamento da barragem;
- Diálogos de conteúdos: através das informações produzidas pelo Instituto Guaicuy com vistas à participação informada das pessoas atingidas.

Essa frente de **gestão de demandas**, responsável pelo recebimento, cadastro (em formulários) e encaminhamento de demandas, criará e acompanhará os grupos de Whatsapp e estará em diálogo com a equipe de acolhimento jurídico e psicossocial. Participará também dos encontros dos núcleos, irá a campo e produzirá relatórios.

- **Mobilização social: os Núcleos comunitários**

Uma das primeiras ações a serem realizadas pelo Instituto Guaicuy é a constituição de núcleos comunitários. Eles serão as formas de organização e de participação das pessoas atingidas em todo o processo de reparação, tendo como expectativa, o fortalecimento dos vínculos comunitários, e em consequência, torná-los duradouros, para que permaneçam mesmo após a finalização dos trabalhos da ATI na região. A proposta da nucleação é uma ferramenta para viabilizar o diálogo entre as pessoas atingidas, com a participação contínua da ATI no processo de planejamento, avaliação das ações e resultados e construção de um processo de reparação inclusivo, participativo e democrático.



Serão convidados a participar moradoras e moradores de Antônio Pereira, assim como diferentes grupos sociais, como associações de moradores, comissões de atingidos, entidades religiosas, representantes do setor empresarial (comércio, serviços, turismo, agricultura e outros). Além disso, é importante dizer que, devido à pandemia do Coronavírus, muitos desses encontros de núcleos podem vir a ser realizados por meio da plataforma Google Meet, no intuito de proteger a população atingida de Antônio Pereira e as equipes da Assessoria.

Acoplados aos Núcleos, os **Grupos Temáticos** serão instâncias para ampliar a participação popular, não sobrecarregar as discussões em momento de assembleia e engajar mais pessoas no processo de reparação. O Instituto Guaicuy utilizará a metodologia de grupos temáticos para tratar dos instrumentos de trabalho, bem como subsidiar áreas temáticas por meio de levantamentos qualitativos sobre os territórios e as condições de saúde, proteção social e qualidade de vida, o meio ambiente e os demais aspectos locais. Isso se deve à complexidade do trabalho e a dificuldade em se entender a real dimensão dos danos decorrentes do acionamento do PAEBM e do descomissionamento da barragem em Antônio Pereira, tornando-se notória a necessidade da multidisciplinaridade e da participação direta das pessoas atingidas.

A criação dos grupos temáticos parte da necessidade de se discutir assuntos relevantes, propostas e informações geradas no âmbito do processo de reparação, de forma a investigar a realidade local, refletindo nos instrumentos de trabalho do Guaicuy as verdadeiras demandas das pessoas atingidas. Portanto, como metodologia de consulta e deliberação, os grupos se constituem em torno de um tema de trabalho com cronograma de início e fim, tendo como resultado a consolidação do instrumento ou do conceito que será foco de discussão para a assembleia com todas as pessoas atingidas.

As **Assembleias** são instâncias de decisão amplamente conhecidas e que têm por definição ampliar a participação direta nas decisões fundamentais nas quais o sujeito deva ser protagonista. As assembleias



são grandes encontros, realizados entre as pessoas atingidas e contemplando a totalidade de núcleos e comunidades. Assuntos de grande relevância e de impacto regional em todas as comunidades não podem ser decididos por cada núcleo comunitário, pois o resultado impacta a vida de todos. Nesses casos, serão convocadas assembleias para discutir as particularidades e as necessidades de decisão. Como instância de decisão, as assembleias discutem e deliberam sobre questões comuns a todas as pessoas atingidas. Considerando a pluralidade de pautas e a complexidade das discussões propostas, é importante, para a melhor organização das atividades das assembleias, a formação de grupos temáticos que são consultivos e propositivos para a assembleia e sua tomada de decisão.

Dentre as atividades previstas, existem as reuniões iniciais com a **Comissão de Atingidos e Atingidas**, reconhecida, através do item 3.3. do Termo de Referência, elaborado pelo Ministério Público, como uma organização aberta à participação de qualquer grupo e pessoa atingida do território, cabendo-lhe, ainda, a incumbência de garantir, sempre que possível, a paridade de gênero e a inclusão de minorias e de grupos vulneráveis, além de atuar como interlocutora da ATI e no processo de reparação integral dos danos. A proposta da assessoria é fortalecer a comissão de atingidos e atingidas. A partir dos encontros propostos, espera-se compartilhar e encaminhar as informações que serão levantadas nos núcleos.

- **Proposta de organização dos Núcleos Comunitários**

Diante da necessidade de levantar dados sobre o número de famílias e sua distribuição no distrito, foram calculadas estimativas domiciliares e populacionais, por meio de informações geradas pela vetorização das edificações, utilizando imagens do Google Earth e do Software Arcgis. Foram mapeados os topos de cada edificação identificada. A estimativa populacional foi realizada considerando que o município de Ouro Preto apresenta, segundo o IBGE (2010), aproximadamente 3,44 habitantes por domicílio, como apresentado no



quadro , a seguir.

Quadro 3 - Estimativa da distribuição populacional por territórios e constituição de núcleos

Território	Nº de edificações contadas por território	Nº estimado de habitantes por território	Nº de famílias removidas	Nº famílias por território após remoções	Máximo estimado de Nº de núcleos com cerca de 50 famílias
1 - Pedreira, Região da Igreja Queimada e Residencial Bela Vista	93	320	0	93	2
2- Centro Histórico e Lapa	300	1.032	0	300	6
3 - Ribeirinhos e Tabuleiro	217	747	0	217	5
4 - Baixada, projetada 10, projetada 15 e ruas afluentes	378	1.301	55	323	7
5 - Residencial Dom Luciano (Loteamento) e Distrito Industrial	206	709	10	196	4
6- Vila Samarco (residencial Vila Antônio Pereira)	312	1.074	111	201	4
7- Moradores e proprietários ZAS		704	176	176	4
Total	1.506	5.183	176	1.506	32

Fonte: Guaicuy, 2021.

Os números assim levantados aproximam-se dos dados da Receita Municipal de Ouro Preto, obtidos em 2015, que registram 1.270 imóveis construídos no distrito (PEREIRA *et al*, 2017). Da mesma maneira, a população aqui estimada de 5.183 habitantes não foge aos dados do Censo IBGE de 2010 (4.500 habitantes) se somarmos à população do distrito uma população flutuante de cerca de mais de 1.500 pessoas. Por sua vez, o cadastramento realizado pela equipe de Estratégia Saúde da Família, no segundo semestre de 2016, apontou 4.935 habitantes e 1.570 famílias. Dados de janeiro de 2020 do E-SUS apontam 4.766 pessoas cadastradas nos serviços de saúde do Distrito.

As atividades da ATI foram, portanto, dimensionadas para atendimento a uma população estimada de 5.183 pessoas. É preciso destacar que essas informações são preliminares, obtidas para elaboração deste Plano de Trabalho em contexto de pandemia. Prevê-se detalhar tais informações quando o trabalho da ATI for iniciado no território.



A mobilização social iniciará o trabalho buscando constituir ao menos um núcleo por território do distrito e dois núcleos com moradores da ZAS.. Para contemplar as dinâmicas do processo mobilizador, propõe-se uma equipe de mobilizadores sociais, mas considera-se que possa haver necessidade de aumento dessa equipe, de acordo com aumento da participação social e, conseqüentemente, da necessidade de se criarem mais núcleos de acordo com as estimativas expostas na tabela acima. Portanto, o número de mobilizadores sociais atuantes na **frente de mobilização social** (estruturante dos núcleos, responsável pela relação constante com os atingidos, à frente dos agendamentos e execuções de reuniões com a comunidade) poderá ser aumentado conforme a demanda.

Dentre as ações previstas para essa frente, estão: mapeamento e estudo do território, ligações telefônicas e troca de mensagens por Whatsapp com moradores, visitas às famílias, discussão e organização de ações e eventos no território, contato com equipamentos públicos, encontros com associações e grupos existentes, planejamento e convite para os encontros dos núcleos comunitários (ao menos um encontro mensal por núcleo, podendo chegar a dois), assim como assembléias, grupos temáticos, realização de DRPs, mobilização para realização do cadastro e diagnóstico socioeconômico pelo GEPSA, planejamento e realização da discussão sobre reassentamento, planejamento, execução e sistematização da escuta das populações e comunidades tradicionais - como os faisqueiros - assim como de outras coletividades especialmente vulnerabilizadas.

Essa dimensão do trabalho comunitário é a que inclui uma gama enorme de ações e exige uma dinâmica para a qual será necessário um maior número de profissionais, considerando-se que o público-alvo a serem convocados para uma participação informada são os cerca de 5 mil moradores do Distrito.

Considerando-se que um processo mobilização para a participação informada de uma população exige uma construção coletiva, durante a



qual as dinâmicas da realidade exigirão planejamentos que considerem os elementos trazidos à tona no processo - mais ainda por ser tratar de um contexto de sofrimento contínuo das vítimas - é fundamental o trabalho de uma equipe que planeje metodologias e formações. Trata-se de um processo de pesquisa e ação constantes. Para cada encontro de núcleo é necessário que se pense a metodologia a ser usada, que se prepare um roteiro, que se estude e analise os dados colhidos e se dê encaminhamento dos resultados. Essa **frente de metodologias e eventos** da mobilização e participará dos encontros, irá a campo, planejará comunicados, preparará roteiros dos encontros, planejará e executará a formação em direitos humanos, discutirá os processos da reparação como a construção das categorias da matriz de danos e sua validação com as comunidades; assim como irá elaborar indicadores e também conceberá a metodologia para a produção de relatórios.



7.3 COMUNICAÇÃO SOCIAL

São várias as frentes de atuação da equipe de comunicação, em parceria com as comunidades atingidas, dentre as quais destacamos:

- Na rede complexa de relações da Assessoria Técnica Independente com outros públicos: pessoas atingidas, organizações e movimentos sociais, Gepisa, poder público (Instituições de Justiça, Prefeitura, Câmara Municipal, Governo do Estado, Assembleia Legislativa etc.), mídia, organizações não governamentais, especialistas, outros atores sociais vinculados ao tema e sociedade em geral;
- Nos processos de comunicação interna da ATI/Guaicuy;
- Na apuração, cobertura e acompanhamento de atividades como
- *lives*, audiências públicas e judiciais etc.;
- Na produção de informativos impressos e digitais, cartilhas e outros materiais;
- Na elaboração de programas em áudio e vídeo, mídias sociais e de materiais diversos;
- Nos processos de comunicação das atividades de campo (núcleos, assembleias, rodas de conversa, webinários etc.) e na produção de apoio aos processos formativos;
- Na produção de “videoaulas” temáticas para sujeitos do território que desejem se apropriar dos assuntos em maior profundidade, atendendo ainda a formação de professores e estudantes das escolas públicas locais, a serem ministradas



A comunicação com as comunidades e a comunicação institucional são estruturadas com o mesmo objetivo, à guisa de garantir que sejam ambas instrumento de avanço da cidadania entre as pessoas atingidas, potencializando mecanismos democráticos de participação nos processos decisórios.

Como alicerce, fulgura a informação qualificada e dialogada nas formas e nos ritmos adequados às diferentes leituras de mundo dos variados sujeitos e coletividades envolvidas no processo de reparação. É na comunidade que emerge o novo, tecido de cotidiano, de existência, de invenção da vida.

Para sedimentar ação coerente e eficaz da comunicação, será realizado mapeamento detalhado das principais formas, meios e serviços de comunicação popular utilizados no cotidiano das comunidades, bem como suas reuniões, festas, eventos, pontos de encontro e outras atividades coletivas costumeiras, além do levantamento dos hábitos de consumo de mídia tradicional e digital, buscando compreender a dinâmica local e robustecendo o diálogo e a troca. Desse levantamento emergirá, ainda, plano e orçamento para contratar veiculação de anúncios e comunicados na mídia tradicional e tráfego pago nas redes sociais mais utilizadas pelas comunidades de Antônio Pereira.

- **Comunicação em tempos de pandemia**

Apesar de ter, no contato direto e face a face com as comunidades onde atua, seu modo de fazer prioritário, o Instituto Guaicuy preparou-se para enfrentar e superar as limitações impostas pelo cenário de pandemia. Nesse momento de distanciamento social, será preciso, principalmente, responder às dificuldades de acesso (e de manuseio) às tecnologias enfrentadas pelas comunidades.



7.4 ACOLHIMENTO MULTIDISCIPLINAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

Ao longo das reuniões territoriais realizadas com a comunidade, as pessoas atingidas relataram com frequência casos de adoecimento mental e situações em que deixaram de ser atendidas pela empresa Vale S.A e pelo poder público, quando solicitaram informações referentes à barragem, às remoções e outras questões pertinentes para a comunidade.

Através da escuta qualificada, realizada pela equipe responsável pela elaboração deste Plano de Trabalho, foi possível identificar uma série de danos causados às pessoas atingidas, relacionados com violações de direitos. As pessoas atingidas relataram que a elevação do nível do risco de rompimento da barragem Doutor, e a remoção das famílias da ZAS, foram as causas primordiais da mudança abrupta nos modos de vida das pessoas da comunidade.

Conforme se depreende do quadro apresentado a seguir, essa mudança desestabilizou rotinas e interrompeu projetos de vida, gerando inseguranças de toda ordem, o que resultou no adoecimento mental de muitas pessoas atingidas, inclusive crianças, adolescentes e idosos. Durante as reuniões territoriais diversas pessoas atingidas informaram que estão fazendo o uso de medicamentos para tratar depressão e ansiedade, e relataram que estão com dificuldade de se organizarem mentalmente para pensarem o futuro, o que indica uma falta de perspectivas.



Quadro 4 - Levantamento de violações de Direitos a partir da análise do Diagnóstico Rápido Participativo

DIREITOS VIOLADOS	DANOS CAUSADOS	PROPOSTA DE ATUAÇÃO DA ATI
Direito à saúde e à integridade psíquica/ Direito à convivência familiar e comunitária	Adoecimento psicológico (depressão e ansiedade)/ ausência de atendimento e de acompanhamento médico e psicológicos adequados / surgimento de doenças cardíacas e respiratórias/ aumento da situação de vulnerabilidade social das famílias/ ruptura de vínculos afetivos entre vizinhos e entre familiares/ interrupção de projetos de vida	Acolhimento psicossocial e articulação de ações em parceria com os serviços de saúde e de assistência social municipais
Direito à informação	Incertezas quanto ao futuro/ insegurança patrimonial e negocial/ insegurança em razão da ausência de informações e de respostas às dúvidas	Atendimento psicossocial e atendimento jurídico para todas as pessoas atingidas

Fonte: resultados de pesquisa/ Análise das informações obtidas através do Diagnóstico Rápido Participativo aplicado nas reuniões com a comunidade.

No bojo das inseguranças e das incertezas quanto ao futuro, os relatos perpassaram também por questões relacionadas com a ausência de informações e de orientações que para as pessoas atingidas são importantes para a tomada de decisões pessoais. Assim, recorrentemente disseram que solicitaram aos órgãos públicos informações sobre as remoções das famílias da ZAS, a “mancha de inundação”, as indenizações, os procedimentos do descomissionamento e da descaracterização da barragem Doutor, dentre outros, mas não teriam obtido respostas.

Ante o exposto, verifica-se que há uma demanda por atendimento psicossocial e jurídico, e para trabalhar isso a ATI pretende atuar através do “Acolhimento”. O conceito de acolhimento adotado no âmbito do Plano de Trabalho inspira no conceito de “dispositivo” (Foucaultiano) “caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos” (Foucault, 1977, citado por CHIGNOLA, 2014, p.6), ou seja, acolhimento enquanto rede de relações, um lugar/território para “caber” todas as expressões e demandas (concretas e subjetivas) das pessoas



atingidas, cumprindo função estratégica enquanto locus de criação de vínculos, co-responsabilização, autonomia e afetos.

O acolhimento é a estrutura criada para garantir a escuta qualificada para prestação de informações e encaminhamentos dos casos nas áreas psicossocial e jurídica. O **acolhimento multidisciplinar psicossocial e jurídico** é braço operacional e metodológico do acolhimento geral da ATI e, neste sentido, também compõe a rede de relações construída entre a ATI e as pessoas atingidas.

Conforme relatado pelas pessoas atingidas nos encontros promovidos para elaboração do Plano de Trabalho, foram vários os casos de violações de direitos e adoecimentos decorrentes da mudança do grau de risco da barragem Doutor, e diante disso, é necessário construir espaços de acolhimento com a presença de profissionais que garantam essa escuta.

O acolhimento poderá se dar de três formas: a) através de visitas domiciliares por equipes em unidade móvel; b) através de espaço específico dentro da sede da comunidade; c) de modo remoto, por telefone ou videoconferência.

O **acolhimento psicossocial** será composto por Assistentes Sociais, Psicólogos e outros profissionais de saúde coletiva que sejam necessários. As ações serão a identificação e o acolhimento de demandas psicossociais, escuta e abordagens coletivas; abordagem individual e encaminhamento responsável para a rede de serviços de saúde, educação e socioassistenciais; visitas domiciliares e interação com as agentes comunitárias de saúde e agentes comunitário de endemias para buscas ativas de casos emergenciais.

A ATI fará acolhimentos coletivos e individuais, gerando dados de duas formas, sendo uma interna e uma externa. A primeira é o caso em que as demandas individuais atendidas pelos técnicos alimentarão a



própria base de dados da Assessoria, com a disponibilização de formulário para preenchimento, possibilitando a aglutinação de demandas repetitivas por tema, região, data ou demais indicadores que se revelem relevantes.

O **acolhimento jurídico** integra o acolhimento geral multidisciplinar juntamente com o acolhimento psicossocial, proporcionando às pessoas atingidas um atendimento integral. Para tanto, no acolhimento jurídico serão disponibilizados profissionais do Direito que realizarão a escuta das pessoas atingidas e, a partir do diálogo sobre a demanda apresentada, prestarão informações e orientações imediatas ou procederão com o encaminhamento da demanda aos órgãos competentes.

Através do acolhimento jurídico, a ATI buscará também subsidiar as pessoas atingidas com informações sobre o cumprimento das determinações judiciais proferidas na Ação Civil Pública nº 5000885-66.2020.8.13.0461, referentes à garantia de auxílios financeiros, atendimentos e infraestruturas às pessoas atingidas pela barragem Doutor. Conforme se verifica no quadro abaixo, há uma série de medidas em curso e, durante as reuniões realizadas com a comunidade de Antônio Pereira, foram apresentadas denúncias referentes ao descumprimento pela empresa Vale S/A de parte do que foi determinado judicialmente.

Quadro 5 - Determinações judiciais para atendimento de questões urgentes e emergentes

1. **Moradia adequada** para as pessoas removidas de suas residências em razão da evacuação da área de possível alagamento na hipótese de rompimento da barragem Doutor. **E que a Vale zele pelos bens deixados pelas pessoas para que não haja depredação, furto, etc.**

2. **Segurança alimentar** para todas as pessoas removidas, por meio do pagamento em espécie de valor correspondente ao custo de uma cesta básica, cujo valor por núcleo familiar seria de R\$ 429,30. Para as pessoas que foram removidas e estejam em hotéis ou pousadas, que seja garantido no mínimo 03 refeições diárias.



<p>3. Prestação mensal emergencial para as pessoas que foram removidas de suas residências, para as pessoas que residem na ZAS, e também para os proprietários e possuidores de imóveis localizados na ZAS.</p>
<p>4. Assistência médica e socioassistencial, além do fornecimento de medicamentos, para as pessoas removidas de suas residências e às pessoas residentes na ZAS. Além disso, que fosse instalado um Posto de Atendimento.</p>
<p>5. Transporte, inclusive escolar, para as pessoas que foram removidas de suas residências.</p>
<p>6. Fornecimento semanal da relação das famílias removidas, bem como informações sobre os locais onde se encontram e relatórios sobre as ações que tem sido realizadas pela Vale com as mesmas.</p>
<p>7. Caso seja necessário fazer novas remoções, que as pessoas primeiro passem por uma avaliação com um profissional de saúde que possa verificar se a pessoa apresenta sintomas de contaminação pelo “novo corona vírus”.</p>
<p>8. Disponibilização de máscaras cirúrgicas, óculos de proteção ou protetor facial e luvas de procedimento, bem como álcool 70% para higiene das mãos e lenço de papel para os profissionais responsáveis pelo transporte das famílias e pelo empacotamento dos bens e transporte, bem como às famílias a serem removidas, durante a locomoção.</p>
<p>9. Assessoria Técnica Independente, cuja entidade eleita é o Instituto Guaicuy.</p>

Fonte: resultados de pesquisas/ Análise da ACP n°
5000885-66.2020.8.13.0461

A equipe responsável pelo acolhimento jurídico realizará atendimentos coletivos e individuais, mediante diálogo com as pessoas atingidas.

Do ponto de vista metodológico, a equipe responsável pelo acolhimento jurídico registrará todos os acolhimentos em formulário próprio, e as demandas que disserem respeito a denúncias de descumprimento de determinações judiciais, ou violações de Direitos, serão encaminhadas formalmente aos órgãos competentes para providências.

Considerando a população de Antônio Pereira e a divisão territorial



que está sendo proposta para atuação da ATI, para o acolhimento jurídico das pessoas atingidas será necessária a contratação de profissionais do Direito, preferencialmente advogados (as) regularmente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

A equipe do Acolhimento Multidisciplinar psicossocial e jurídico será contratada para atuar durante toda a vigência da execução do Plano de Trabalho da ATI, no intuito de promover o acompanhamento diário às demandas individuais e coletivas apresentadas pelas pessoas atingidas pela barragem Doutor.

7.5 PARTICIPAÇÃO INFORMADA NOS PROCESSOS DE REPARAÇÃO INTEGRAL DOS DANOS

7.5.1 Participação informada

A assessoria técnica do Instituto Guaicuy considera o conhecimento como fator fundamental para a geração de independência e de autonomia para as comunidades, como pressuposto para a atuação crítica e cidadã. Conhecimento não é apenas o técnico, o positivo e o metódico. É também o conhecimento das realidades, das práticas de vida e das tradições.

A produção de conhecimento é entendida pela assessoria técnica enquanto potencialidade para a cidadania e para a autonomia das pessoas e dos grupos sociais. Dessa forma, a perspectiva é de construir conhecimentos inclusivos, que incorporem e dialoguem com a dimensão técnica com os conhecimentos e saberes populares, uma vez que o protagonista do processo de reparação são as pessoas e comunidades atingidas.

Esse conhecimento aproximado das realidades sociais e



complexidades espaciais fomenta o empoderamento comunitário por meio da construção de formas autônomas de se entender o processo de reparação. É através do conhecimento e de seu empoderamento que as comunidades e pessoas atingidas têm a possibilidade de equiparar forças e discursos com outros atores, como a empresa Vale S.A. Por isso, a assessoria procura estimular a promoção dos saberes nas comunidades, seja estimulando a troca de técnicas locais, as conversas entre os pares ou no fornecimento de momentos formativos demandados pelas pessoas atingidas.

Como descrito anteriormente, os diálogos comunitários desempenham o papel de escuta ativa para perceber as necessidades das pessoas atingidas, incluindo as necessidades de diálogos e interações entre diferentes formas de conhecimento, atuando através de metodologias abrangentes e que priorizem a troca, o diálogo, a convivência, mediando informações junto às pessoas atingidas no centro do processo de construção de autonomia.

Diferentes informações são essenciais para a construção de espaços de diálogo junto às comunidades e pessoas atendidas pela Assessoria Técnica Independente em Antônio Pereira. Durante as consultas realizadas pelo Diagnóstico Rápido Participativo, diferentes dados e informações foram demandados pelas comunidades como uma oportunidade de compreensão dos danos a que estão submetidos.

Todos os resultados de análise e dados técnicos serão apresentados às pessoas e às comunidades atendidas em linguagem adequada a cada realidade local e acessível a todas as pessoas. Todos os relatórios publicados pela Assessoria Técnica estarão disponíveis em mídia digital no site do Instituto Guaicuy e sempre que demandado serão entregues versões impressas e assinadas pelos técnicos responsáveis para as comunidades e pessoas atendidas, por cada programa ou demanda. Os materiais técnicos serão debatidos e apresentados às comunidades locais, de forma a possibilitar um maior envolvimento e entendimento



das pessoas e comunidades atendidas de variadas perspectivas de danos gerados a partir do descomissionamento da barragem.

As falas abaixo indicam demandas importantes neste sentido.

“A água tem gosto, não sabemos se está com boa qualidade”
“Não sei se estou em segurança”
“A Vale não nos informa nada”
“A Vale construiu a estrada sem nem falar nem pra Prefeitura”
“Comunidade precisa informações sobre qualidade do ar”
“Vale não me considera na ZAS. A Lama vem na minha esquina, como confiar?”
“Água tem que ser analisada com urgência, muitas pessoas com problemas renais devido o excesso de cloro”
“muita alergia devida o grande aumento das poeiras”
“A mancha da Vale pula, faz curvas, não confiamos nela” *“Vale construiu a estrada e destruiu várias nascentes”* *“Nossa água está cada vez mais contaminada”*
“água desviada para mineração”
“Vale entupiu a nascente que podia atender o Residencial”
“Os animais estão morrendo”
“Vizinho criava bois e eles morreram todos”
“as mudanças e as obras têm alterado o ambiente e os animais”
(Falas de pessoas atingidas participantes dos DRPs realizados para elaboração deste Plano de Trabalho)

As diferentes manifestações das pessoas atingidas, mostram dúvidas, ansiedades e dificuldade de acesso em linguagem e formas adequadas para o real entendimento de como as atividades associadas ao risco de rompimento tem gerado diferentes impactos na vida dessas pessoas. As informações técnicas serão apresentadas em linguagem acessível e dialogadas com as comunidades e com as pessoas atingidas, garantindo o respeito aos tempos e às diversidades de conhecimentos. Para atendimento a tais demandas, garantindo-se a participação informada, foram estruturados conjuntos de atividades e ações que tem por finalidade gerar, de forma independente e atendendo aos anseios da população, informações técnicas a serem dialogadas com as pessoas e comunidades impactadas.

Esse conjunto de informações, entende-se, deve ser consolidado na contratação de consultorias, com experiência e excelência nos temas e



ações indicados. É prevista ainda ações para a viabilização de consultorias ou pareceres complementares - nessa situação todas as atividades serão antecedidas de justificativas técnicas e validadas pelas comunidades.

As informações têm como finalidade mostrar de forma aberta e participativa questões associadas às demandas das pessoas atingidas e que, por diferentes imprecisões, criam ansiedades nas pessoas e comunidades atingidas. Importante destacar que os dados e análises desenvolvidos pela Assessoria Técnica são considerados como complementares a outras medições e análises realizadas pela empresa, pelo GEPSA/UFOP e por diferentes instâncias públicas e privadas. As informações geradas pela assessoria respondem à demanda social e serão geradas sempre que necessário para atendimento às pessoas e às comunidades atingidas.

7.5.2 Direitos das pessoas atingidas

Ao longo das reuniões territoriais, realizadas com a comunidade para oitiva e levantamento das informações que orientaram a elaboração do presente Plano de Trabalho, uma solicitação recorrente foi para que a ATI buscasse formas de resolver questões urgentes e emergentes antes da conclusão do seu trabalho inicial. E, de fato, muito do que foi relatado pelas pessoas atingidas não pode esperar a homologação da Matriz de Danos e a execução dos Planos de Reparação, sob pena de possível irreversibilidade da lesão de Direitos Fundamentais.

É certo que, desde a elevação do nível do risco de rompimento da barragem Doutor (2019) e do processo de descomissionamento, a comunidade de Antônio Pereira está sendo vítima de uma série de violações de direitos. Porém, é imprescindível avaliar quais direitos poderão ser reparados quando da execução dos Planos de Reparação e quais direitos necessitam de ações mitigatórias para que não pereçam enquanto aguardam a reparação.



As medidas prioritárias se referem a questões fundamentais para a garantia da dignidade das pessoas atingidas. São, portanto, ações que não podem esperar a conclusão do trabalho da ATI para serem efetivadas.

Convém mencionar ainda que, na Ação Civil Pública nº 5000885-66.2020.8.13.0461, há decisões judiciais liminares determinando que a empresa Vale S/A assegure às pessoas atingidas determinados auxílios financeiros, atendimentos e infraestruturas como forma de atender parte das demandas urgentes que se apresentam. Porém, conforme se verifica nas informações levantadas a partir da oitiva da comunidade, outras questões surgiram com o passar do tempo, e são elas que a ATI buscará elencar com as comunidades visando que a Vale S.A cumpra com a execução das medidas prioritárias..

Assim, com relação às medidas urgentes e emergentes, a ATI atuará de duas formas: a) acolhendo e encaminhando as denúncias de possíveis descumprimentos das decisões judiciais liminares; b) e buscando a efetivação de medidas prioritárias para paralisação dos danos em desenvolvimento.

Sobre a hipótese de reassentamento coletivo, o fato de que essa ideia tenha surgido uma única vez, nos vários encontros realizados com as comunidades de Antônio Pereira durante a elaboração do presente Plano de Trabalho, mostra a força do desejo das pessoas atingidas de permanecerem em sua terra. Há que se elaborar, em primeiro lugar, propostas de solução satisfatória – provisória ou definitiva – para as famílias e pessoas removidas da ZAS e para aqueles grupos que lá permanecem. No entanto, o tema ganha mais complexidade com a instabilidade de cenários que ainda podem se desenhar, dentre eles a possibilidade de que a mancha de inundação sofra novas alterações, levando a mais remoções. Some-se a isso a circunstância de que, como as obras de descaracterização da barragem Doutor tenham conclusão programada somente para daqui a oito anos, em 2029, fica longamente adiada no tempo a previsão de eventual retorno dos removidos a suas



moradias originais.

O Instituto Guaicuy se dedicará ao assunto com ênfase particular, sempre sob o princípio da construção participativa e consciente, pelas comunidades atingidas, de alternativas que assegurem em sua plenitude os direitos violados, sejam elas o reassentamento coletivo ou individual, dentro do próprio distrito ou em outras paragens, ou ainda outras soluções que surjam no processo democrático.

Para garantir a participação informada da comunidade na compreensão das medidas prioritárias, a ATI atuará através da mobilização social, realizando atividades com os Núcleos Comunitários para debater as propostas de medidas prioritárias a partir da perspectiva das pessoas atingidas. Quanto a isso, serão adotadas metodologias participativas, como o Diagnóstico Rápido Participativo - DRP, reuniões de grupos temáticos e outros.

Esse trabalho inicial irá resultar em uma sistematização prioritária dos danos identificados que precisam de medidas emergenciais, e deverá ser apresentada no processo.

- **Os Danos a partir da perspectiva das pessoas atingidas**

A Matriz de Danos é o instrumento que apresentará a valoração dos danos individuais, coletivos e difusos das pessoas atingidas, em atenção ao que tem sido discutido na ACP nº 5000885-66.2020.8.13.0461, e ao que dispõe o Termo de Referência que orienta a elaboração deste Plano de Trabalho.

Quanto aos danos a serem levantados e valorados na Matriz de Danos, a ATI observará o pleito do Ministério Público na ACP nº 5000885-66.2020.8.13.0461, e o Termo de Referência que orienta este Plano de Trabalho. Portanto, deverão ser considerados danos individuais - materiais (prejuízos de ordem econômica/financeira) e morais (emocional e psicológico), e danos coletivos e difusos - sociais e



econômicos a partir da perspectiva das pessoas atingidas. Nesse ponto, importa ressaltar que a ATI poderá informar outros danos dos quais tomar conhecimento, ainda que eles não tenham sido inicialmente considerados no processo judicial.

Nesse sentido, o objetivo da assessoria técnica independente com as pessoas atingidas é o de consolidar a partir da perspectiva dos atingidos os danos sofridos e diferenciados de acordo com características locacionais, se percebido, e considerando agravantes sociais e especificidades de forma a fundamentar a formação e estruturação da Matriz de Danos pelo GEPSA, conforme decisão judicial.

Os (as) profissionais do direito que contribuirão na elaboração da Matriz de Danos atuarão na perspectiva da assessoria jurídica popular, para garantir que as pessoas atingidas compreendam o processo de valoração dos danos identificados e possam contribuir de maneira participativa na elaboração deste produto.

- **A reparação integral**

O Instituto Guaicuy entende, a partir de estudos realizados por Milaré (2015), Pinho (2010) e Aleixo (2017) que a reparação integral só é possível pensando em todas as medidas de reparação com o intuito de alcançar a qualidade socioambiental existente antes das ações que acabaram por gerar danos à população. Para isso são imprescindíveis as etapas de levantamento, avaliação e valoração de danos, propostos na Matriz de Danos, assim como o Diagnóstico Socioeconômico a serem realizados pelo Gepsa, além de todos os dados recolhidos no decorrer do desenvolvimento do presente Plano de Trabalho.

É importante frisar que o conceito de reparação integral não trata apenas do interesse patrimonial dos atingidos. Estudos realizados pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime - UNDOC (2006 p.13) consideram que a reparação plena, ou integral, “deve ter vocação



transformadora, no sentido de não apenas restituir à vítima o direito violado, mas, especialmente, de corrigir as circunstâncias estruturais que permitiram que a violação tivesse lugar”. Aleixo (2017) reflete que tal ideia abrange inclusive, as teorias restaurativas, que valorizam o processo de cura das vítimas, o envolvimento da coletividade, o respeito à dignidade e à justiça plena.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2008) tem entendido que as vítimas de violações desses direitos “têm direito a uma reparação adequada do dano sofrido, que contenha medidas individuais tendentes a restituir, indenizar e reabilitar a vítima, assim como a medidas de satisfação e garantias de não repetição” (CIDH, 2013, p. 23). Daí é possível extrair as modalidades de reparação que tendem a promover justiça nos planos de reparação. São elas: a restituição do direito afetado, a reabilitação médica, psicológica e social, as medidas de satisfação, a compensação econômica e as medidas de não repetição. A Figura 15 sintetiza as principais ideias que abrangem a reparação integral, que será discutida com as pessoas atingidas na elaboração das atividades e prioridades de ação para a construção da reparação integral de acordo com a perspectiva das pessoas e das comunidades atingidas.



Figura 13 - Flor da reparação



Fonte: Guaicuy, 2021.

7.6 GOVERNANÇA E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

É de conhecimento público a situação de insegurança causada pela exploração de minério em Minas Gerais, principalmente pelos desastres ocorridos nas bacias hidrográficas do rio Doce e rio Paraopeba que marcaram a história e afetam diretamente o psicológico das pessoas em situação em risco, bem como a organização econômica e social nos territórios em torno de barragens de rejeito.

Nesse contexto, entende-se como prerrogativa inerente à atribuição da assessoria técnica independentemente estruturar espaços de diálogos entre esses diferentes atores por meio de uma escuta qualificada, com objetivo de promover uma discussão qualitativa e esclarecedora na intenção de orientar os processos de participação social.

Ao longo das discussões junto às comunidades sobre o processo de desenvolvimento das ações da assessoria técnica pelo Instituto Guaicuy,



ficou marcada a importância de possibilitar às pessoas atingidas participar de forma ativa da tomada de decisão e das ações da assessoria técnica. Sendo assim, a implementação de uma política de governança e transparência trata de um conjunto de princípios que tem como finalidade a construção de arenas de encontro e de diálogo. A governança, ainda, transpassa a própria relação entre o atingido e a assessoria técnica. Outras instituições e atores sociais estão em atuação nessas complexas territorialidades que envolvem as pessoas atingidas. São instituições públicas, privadas que desenvolvem ações, que têm influência na gestão dos territórios e no processo de construção de reparação para todas as pessoas e comunidades atingidas. Dessa forma, apresenta-se a seguir alguns princípios para governança: a **articulação institucional**, que abrange a relação com o Poder Público, com o GEPSA e com a ré - a Empresa Vale S.A.; e a **transparência e o controle social** das atividades da assessoria técnica que abrange a Comissão do Atingidos e Atingidas; a auditoria finalística e contábil e os instrumentos de monitoramento e avaliação.

- **Articulação Institucional**

O trabalho intersetorial e interinstitucional visa fomentar o diálogo e as ações das diversas áreas de conhecimento, setores e serviços. A finalidade é tratar as demandas e necessidades das pessoas atingidas de forma ampla e integral, articulado com as políticas públicas, programas e projetos locais e regionais. Tendo em vista que o impacto potencial local desencadeia consequências de ordem municipal, estadual e regional, é imprescindível o constante diálogo com as Instituições de Justiça, poder público, universidade e demais instituições que atuam no acompanhamento da implementação de importantes instrumentos de gestão no território, no acompanhamento do processo judicial, na discussão sobre a aplicação dos recursos, no tratamento de conflitos em questão.

- **Articulação com o poder público**

A interdição pela justiça, a elevação ao grau de risco 2, a remoção de famílias de suas moradias, a ampliação da Zona de Auto Salvamento (ZAS) e as obras preliminares para a descaracterização da Barragem Doutor provocaram diversos danos às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente e intensificaram a pressão em serviços públicos já defasados ou precarizados, explicitando diferentes lacunas das políticas públicas nos municípios afetados. São velhos problemas com roupagens ampliadas, fruto, em parte, das iniquidades no acesso a direitos e a serviços públicos de qualidade, especialmente quando se trata de periferias urbanas e territórios geograficamente distantes (Fiorati, 2016).

A nova configuração dada aos territórios pela Constituição Cidadã (1988) coloca o município no centro da governança, delegando-lhes a execução e a gestão das políticas públicas. O caso mais bem-sucedido, no âmbito do Estado brasileiro, é a política de saúde e o Sistema Único de Saúde/SUS. Contudo, as iniquidades sociais ainda se constituem como um dos maiores desafios para a garantia do direito à saúde. A maioria dos municípios protagonizam índices altos de pobreza e de exclusão social de parcela da população, consequência da ausência de acesso ao direito à saúde, educação, habitação, trabalho e renda, transporte e mobilidade, meio ambiente sustentável e a redes de suporte social.

No âmbito do município de Antônio Pereira, as iniquidades sociais estruturais já citadas somam-se aos danos e aos impactos frequentes da mineração no território e os decorrentes da possibilidade de ruptura da barragem, “a lama invisível”, e obras de descaracterização no processo de descomissionamento, afetando a bacia do Rio Gualaxo do Norte, uma das cabeceiras da bacia do Rio Doce, apontando a necessidade imediata de articulação junto aos atores políticos e serviços públicos para fortalecer e readequar os serviços existentes às demandas da população atingida. Importante salientar que a organização e a melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos públicos devem se inscrever no âmbito das negociações de compensação.



Considerando a localização geográfica do distrito de Antônio Pereira em relação ao município de Ouro Preto, determinante de um certo isolamento do distrito em relação a sua sede administrativa, e a precariedade da construção de políticas públicas no território, faz-se necessário fortalecer as articulações institucionais e a integração com os agentes públicos municipais e outras instâncias de governo, buscando, ainda, maior sinergia com o setor minerário, no caso a Vale e a Samarco, visando romper tal isolamento, construindo ações e projetos, deixando para o passado os relatos da falta de investimentos e políticas públicas um distrito que gera tanta renda com a mineração e pouco retorno tem na promoção da qualidade de vida. Há, também, que perder o horizonte de relação com a cidade de Mariana e suas interfaces políticas, devido à proximidade e ao acesso principal pela rodovia MG 129.

Considerando as diversas interfaces de atuação dos movimentos sociais e projetos desenvolvidos no distrito, será necessário compreender esses papéis e promover o fortalecimento e integração dessa rede de instituições locais. Também a atuação das escolas públicas e particulares, toda a rede SUS e SUAS, a Polícia Militar, a própria Defesa Civil, as atividades das Associação de Moradores da Vila Residencial, a de Antônio Pereira e outras. Compreender as relações de convivência social com os Clubes Samisa e Frazão – Viveiro de mudas da Samarco, a atuação dos Projeto Sorria, Arte Mãos e Flores, Casa Escola, Amigo da Natureza, Vale da Benção, Mãos que Brilham, Projeto Semente Horta Participativa (CRAS) etc. Finalmente, apoiar a reestruturação do Grupo de Desenvolvimento de Antônio Pereira – GEDAP, criado para promover em rede essas ações em todo o distrito.

Será necessário ampliar o diálogo através da participação informada com a Defesa Civil e outras autoridades municipais. Foram observadas muitas violações pela Vale em relação a evacuação das famílias e todo o processo de remoção. Além das dificuldades de entendimento e pouca participação dos atingidos em relação ao



planejamento de ações emergenciais e a elaboração do Plano de Evacuação (Zoneamento, Rotas de Fuga e Pontos de Encontro), muitas vezes definidos sem a devida escuta daqueles que mais conhecem as dinâmicas em seus territórios.

Outro exemplo de Articulação Institucional com o Poder Público está no âmbito da Saúde e Assistência Social. Os efeitos imediatos à saúde são os sofrimentos psicossociais. É fundamental considerar os impactos com as populações que ali permanecem depois do ocorrido, convivendo com tais intervenções tão próximas à sede do distrito e sua relação com o medo da possibilidade de ruptura e com os diversos direitos violados. Pesquisa realizada em Barra Longa, na bacia do Rio Doce, relata que a violência e o abuso de álcool e outras drogas são recorrentes na região, principalmente por falta de trabalho e de meios de sociabilidade para os moradores.

Os impactos e os cuidados com a saúde das pessoas atingidas exigem uma abordagem ampliada, com o reconhecimento e a integração das dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais do processo saúde-doença, numa perspectiva individual e coletiva, no curto, no médio e no longo prazo. A população atingida deve ser suprida nas suas necessidades assistenciais e de vigilância em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O distrito de Antônio Pereira possui estruturas instaladas de serviços de saúde, assistência social, educação e uma rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos/SGD para a Infância e Adolescência e pessoas vulnerabilizadas, como idosos e aquelas com necessidades especiais. São serviços de base territorial que contam com financiamento dos três níveis de governo, sendo, portanto, oportuno e necessário fortalecê-los para que seus propósitos sejam cumpridos de forma contínua e estável.

Nesse sentido, a Assessoria Técnica atuará junto às pessoas atingidas, com vistas a mobilizar e potencializar os recursos existentes, como os conselhos de direitos – Saúde, Meio Ambiente, Educação,



Assistência Social, Criança e Adolescente e outros – para reorganização das políticas públicas e a consequente garantia de direitos. Pretende-se trabalhar na articulação da Rede de Assistência, buscando assim priorizar ações junto ao poder executivo municipal e estadual, para fortalecimento das políticas sociais básicas, no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS), dos Serviços Socioassistenciais e de Educação. A participação das pessoas atingidas nas instâncias de participação e controle social das políticas sociais será estimulada e priorizada, como mais um fator para o fortalecimento de suas demandas no processo de reparação integral. Todas as estratégias para incidência política e articulação institucional no âmbito das políticas sociais serão construídas a partir de diagnósticos participativos e intersetoriais e de ações coletivas envolvendo trabalhadores, gestores e as pessoas atingidas. No âmbito das temáticas das políticas sociais básicas, a ATI buscará convergência, complementaridade e diálogos com o GEPISA para ampliar e qualificar a produção de dados, mas, também, contribuindo com tal parceria na redução de danos de revitimização das pessoas atingidas, as quais serão abordadas e estimuladas a relatar suas perdas e sofrimento aos inúmeros atores/instituições que atuarão nos territórios atingidos.

- **Controle social e transparência**

O Instituto Guaicuy considera que a participação social das pessoas atingidas na tomada de decisão é fator preponderante para se alcançar a reparação integral dos danos e reconhecer as comunidades atingidas como sujeito de direitos. O entendimento é que as comunidades são interlocutores legítimos e de direito que não podem ficar à margem dos processos decisórios. Portanto, é importante garantir que haja um espaço de inclusão para que as comunidades participem das decisões estratégicas na atuação da ATI. Dessa maneira, o Instituto Guaicuy sugere uma metodologia de instâncias participativas, decisórias e democráticas com o objetivo de garantir o empoderamento da população considerando a Comissão de Atingidos Atingidas como



principal estrutura de acompanhamento.

A função da Comissão de Atingidos e Atingidas será acompanhar as ações da assessoria técnica, sendo consultado periodicamente para opinar sobre o planejamento e a execução das ações, bem como analisar relatórios e resultados das atividades. Além disso, também poderá sugerir adequações que considerem necessárias para a efetivação de dinâmicas sociais e territoriais. Importante destacar que qualquer ajuste no Plano de Trabalho proposto será realizado a partir do compromisso com a transparência ampla para toda a sociedade.

Outro papel importante da Comissão é assegurar que o Instituto execute seu trabalho dentro de preceitos e conceitos que contemplem as comunidades e as particularidades locais. O Instituto Guaicuy será responsável por promover os meios para que todos os representantes participem.

Os membros da Comissão serão definidos por meio dos Núcleos Comunitários e lideranças dos atingidos, em número a ser pautado de forma coletiva. O Instituto acredita que, com esse quantitativo, será possível que membros das lideranças dos atingidos, das associações e representantes autônomos possam ser escolhidos para compor a Comissão. É importante também que a representatividade reflita a diversidade das pessoas atingidas, considerando em sua composição gênero, raça e juventude enquanto fator estratégico para ampliar a percepção sobre aspectos de perda e danos sofridos.

O Guaicuy reconhece a importância da autonomia das comunidades e, por isso, se manifestará como assessoria, ou seja, explicará a importância da representatividade em um sentido mais amplo e facilitará o processo de escolha, mas não irá interferir no processo desta tomada de decisão pela comunidade.

- **Instrumento de Monitoramento e Avaliação**



Os diversos dados produzidos por todas as áreas serão transformados em informações a partir de uma articulação entre monitoramento e avaliação, com a execução de uma estrutura de dados relacionais articulados a partir de análises de requisitos constantes segundo as necessidades apontadas no decorrer de todo o projeto. Isso permitirá a utilização segura e estratégica das informações disponibilizadas nas diferentes atividades. Importante destacar dois elementos no processo de coleta de dados e relações com as comunidades. É imperativo que os dados sejam administrados com sigilo e segurança, resguarda a privacidade das famílias e indivíduos e garantindo o acesso à informação integral sempre que demandado pelas pessoas atingidas ou pelo Ministério Público.

O suporte de dados e tecnologia da informação terá como base a segurança dos dados, a gestão da informação e a estrutura dos dados coletados, de forma a propiciar um banco de dados seguro e eficiente que possibilite o repensar dos métodos e das técnicas utilizadas. Esse banco de dados armazenará e organizará, com segurança, os diferentes dados produzidos em todas as atividades da Assessoria.

- **Sistemas de Controle e Transparência**

Os sistemas de controle e de transparência tem como finalidade e orientação: manter sistemas de controle finalístico e contábil-financeiro interno de todos os planos, projetos e ações criados e executados no âmbito da elaboração do Plano de Trabalho e planilha de orçamento detalhado; Organizar e submeter, na forma designada em juízo, toda a documentação relacionada ao Plano de Trabalho à auditoria finalística e contábil-financeira; Apresentar prestação de contas da execução do presente Plano de Trabalho à auditoria finalística e contábil-financeira.



8 CRONOGRAMA

O presente Plano de Trabalho deverá ser executado ao longo de trinta meses e inclui uma série de atividades simultâneas, prioritárias e de médio prazo. Inicialmente, será necessário estruturar a sede, assim como contratar recursos humanos para o desenvolvimento dos trabalhos. Ressalta-se que o planejamento das atividades também dialoga com o trabalho desenvolvido pelo Gepsa, responsável pela elaboração do cadastro das pessoas atingidas, do diagnóstico socioeconômico, da matriz de danos e dos Planos de Reparação.

Durante todo o trabalho, estarão em ação as frentes de acolhimento multidisciplinar psicossocial e jurídico, assim como a mobilização e a comunicação social que garantam a participação informada, os processos de formação e entendimento dos danos com vistas à reparação integral.

Figura 14: síntese do cronograma proposto

Fase	Mês																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Fase 1	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█																					
Fase 2		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█										
Fase 3													█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█					
Fase 4																			█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

Fonte: Guaicuy, 2021.

Todas as atividades gerarão relatórios finalísticos e contábeis com as devidas comprovações da execução das atividades e podem ser visualizados no cronograma a seguir. O cronograma poderá sofrer alterações ao longo do processo e, portanto, prevê-se atualização deste Plano de Trabalho a cada seis meses.



Quadro 6 - Fases de atuação da Assessoria Técnica do Instituto Guaicuy

<p>FASE 1 - Estruturação do trabalho e Diálogos para o PAE – duração 01 ao 10º mês de atuação da assessoria técnica</p>	<p>Contratos, Infraestrutura e Recursos humanos Instalação do escritório Seleção, contratação e implementação das Equipes de Trabalho</p> <p>Trabalhos preliminares Visitas técnicas preliminares e mobilização ZAS Levantamentos de dados Desenvolvimento e implantação de sistema de recebimento e gestão de demandas</p>
<p>FASE 2 - Construção de autonomia e participação informada - duração 03º ao 19º mês de atuação da assessoria técnica</p>	<p>Diálogos comunitários Implantação dos núcleos e diálogos comunitários Mapeamento das dinâmicas e das redes de comunicação Produção da comunicação popular e elaboração de materiais Acolhimento e escuta ampliada</p> <p>Construção de Autonomia DRP para o Plano de Atendimento Emergencial e Matriz de Danos Acolhimento e escuta ampliada ZAS e demais territórios Diálogo e articulação institucional com atores e instituições com atuação no território. Voltado para questões emergenciais e acompanhamento do Plano de Recuperação da Vale e Reparação Integral</p> <p>Participação Informada Contratação de consultorias e diálogo de informações técnicas Formação referente aos processos de reparação e de construção da Matriz de Danos</p> <p>Governança e Empoderamento da população Diálogo e articulação institucional com atores e instituições com atuação no território Suporte de dados, tecnologia da informação e sistemas de controle e transparência Controle de processos de Recursos Humanos, Compras, Prestação de contas, Logística e Administrativo</p>
<p>FASE 3 - Consolidação da mobilização e da participação para apoio à formação da Matriz de Danos - - duração 13º ao 24º mês de atuação da assessoria técnica</p>	<p>Diálogos comunitários Núcleos e diálogos comunitários Produção da comunicação popular e elaboração de materiais Acolhimento e escuta ampliada</p> <p>Construção de Autonomia DRP para a discussão sobre os danos pela perspectiva das pessoas atingidas Acolhimento e escuta ampliada ZAS e demais territórios Diálogo e articulação institucional com atores e instituições com atuação no território. Voltado para questões emergenciais e acompanhamento do Plano de Recuperação da Vale e Reparação Integral</p>
<p>FASE 4 – Acompanhamento do Plano de Reparação - - duração 24º ao 30º mês de atuação da assessoria técnica</p>	<p>Diálogos comunitários Núcleos e diálogos comunitários</p> <p>Construção de Autonomia Diálogos sobre o processo de reparação e os planos de reparação</p> <p>Participação Informada Análise de todos dados levantados e acompanhamento</p>



9 GESTÃO E FINANÇAS

9.1 GESTÃO DE PESSOAS

O Instituto Guaicuy irá contratar equipe multidisciplinar que irá atuar durante as etapas do Plano de Trabalho. Parte da equipe será composta pela equipe de Belo Horizonte já contratada pelo Instituto. Além disso, será necessário novas contratações para atendimento das demandas no território e efetivação do escopo do trabalho conforme particularidades da assessoria técnica que irá atuar no distrito de Antônio Pereira.

A seguir apresentamos o quadro de recursos humanos organizado por hierarquia, função e lotação.



Tabela 1 - Detalhamento da Equipe

Descrição	ESTRUTURA - CARGOS - 30 MESES				
	Und.	Salário Base	Encargos (67,17%)	Benefícios	Total (30 meses)
AGENTE DE LOGÍSTICA	3	2.908,00	1.953,30	1.370,00	560.817,32
ANALISTA PLENO	24	4.796,00	3.221,47	1.170,00	5.953.482,63
ANALISTA SENIOR	16	6.175,00	4.147,75	1.170,00	4.964.866,92
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4	2.908,00	1.953,30	1.370,00	747.756,43
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	1.908,00	1.281,60	1.370,00	273.576,22
COORDENADOR(A)	3	9.337,00	6.271,66	1.170,00	1.510.079,66
DIRETOR(A)	1	14.412,00	9.680,54	1.170,00	757.876,21
ESTAGIÁRIO(A)	4	1.100,00	738,87	550,00	286.664,40
SUPERVISOR(A)	6	7.175,00	4.819,45	1.170,00	2.369.600,55
Total	63	-	-	-	17.424.720,35

Fonte: Guaicuy, 2021.



10 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Para viabilizar os trabalhos junto à população de Antônio Pereira e tendo em vista as restrições impostas pela pandemia do Coronavírus, optamos pela implantação de uma sede administrativa no distrito e casa de acolhimento e uma unidade móvel. Dessa forma, o atendimento às comunidades se dará de forma responsável e descentralizada, com presença nos territórios e garantia da segurança para todas as pessoas envolvidas.

10.1 CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS

De acordo com as necessidades levantadas nos DRPs serão contratadas consultorias especializadas com a finalidade de mensurar os danos causados devido a elevação de risco de rompimento da barragem Doutor e seus desdobramentos.



Tabela 2 - Descritivo das Consultorias e Custos

DESCRIÇÃO	QTDE (ANO)	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
<i>Consultoria de análise ambiental para diálogo com os atingidos</i>	1,50	500.000,00	750.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
<i>Outras consultorias e pareceres demandados pelas pessoas atingidas</i>	1,00	500.000,00	500.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	0,00
<i>Formação sobre matriz de danos e reparação</i>	1,50	66.666,67	100.000,00	20.000,00	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
TOTAL			1.350.000,00	395.000,00	415.000,00	415.000,00	125.000,00	0,00

Fonte: Guaicuy, 2021.



10.2 AUDITORIA CONTÁBIL FINANCEIRA

Para o presente Plano de Trabalho está prevista a contratação de auditoria contábil-financeira e finalística, conforme Termo de Referência que tem por objetivo dar cumprimento à decisão judicial proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto, em 10/09/2020, no âmbito do processo n. 5000885-66.2020.8.13.0461, movido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), em face da Vale S.A. (“Vale”). Serão realizadas Demonstrações Contábeis com o objetivo de verificação da exatidão dos registros contábeis no que tange a exatidão numérica, legal e de boas prática de todo o Plano de Trabalho. Esta auditoria deverá ser exercida por entidade: (I) externa e independente em relação à entidade escolhida e à Vale; (II) legalmente habilitada no Conselho Regional de Contabilidade para exercício de auditoria externa; (III) ter atuado como auditora externa por pelo menos 05 (cinco) anos; (IV) atuar conforme os regimentos próprios das ciências contábeis.

11 ORÇAMENTO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para o desenvolvimento do Plano de Trabalho, considerando as características do distrito, foram previstas as necessidades de infraestrutura e logística. Os custos foram estimados tendo em consideração a participação informada nos processos reparatórios, com ampliação do acesso às informações, em duas vias, ATI - comunidade/comunidade - ATI, função prioritária do Instituto Guaicuy previamente estabelecida pelo Ministério Público. A divisão dos territórios, já mencionada anteriormente, em 6 áreas e mais 1 referente aos moradores, moradoras, proprietários e proprietárias da Zas, foi uma das diretrizes



também determinante para a elaboração do orçamento. Pela própria natureza do trabalho, já justificada no plano, é prevista a revisão do mesmo a cada seis meses.



Tabela 3 - Resumo do orçamento para a execução do Plano de Trabalho

DESCRIÇÃO	VALOR 30 MESES	%	VALOR 1º SEMESTRE	VALOR 2º SEMESTRE	VALOR 3º SEMESTRE	VALOR 4º SEMESTRE	VALOR 5º SEMESTRE
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS	239.000,00	0,97%	47.800,00	47.800,00	47.800,00	47.800,00	47.800,00
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS	1.350.000,00	5,47%	395.000,00	415.000,00	415.000,00	125.000,00	0,00
3 - RECURSOS HUMANOS	17.424.720,35	70,63%	2.514.424,11	3.727.574,06	3.727.574,06	3.727.574,06	3.727.574,06
4 - CUSTEIO	3.473.170,00	14,08%	733.990,00	728.300,00	708.580,00	642.500,00	659.800,00
5 - INVESTIMENTO	1.086.690,00	4,40%	322.233,33	322.233,33	183.963,33	129.130,00	129.130,00
6- COMUNICAÇÃO	497.500,00	2,02%	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00
7 - AUDITORIA EXTERNA	600.000,00	2,43%	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
TOTAL	24.671.080,35	100,00%	4.232.947,44	5.460.407,39	5.302.417,39	4.891.504,06	4.783.804,06
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.973.686,43	8,00%	394.737,29	394.737,29	394.737,29	394.737,29	394.737,29
TOTAL (COM TX ADM)	26.644.766,78		4.627.684,73	5.855.144,68	5.697.154,68	5.286.241,35	5.178.541,35

Fonte: Guaicuy, 2021



Tabela 4 - Metodologias Participativas

DESCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
1.1 Despesas com Alimentação e bebidas	Refeições e bebidas c/ atividades atingidos	1.200	12,00	14.400,00	2.880,00	2.880,00	2.880,00	2.880,00	2.880,00
1.2 Despesas de aluguel de infraestrutura	Locação de infraestrutura para reuniões com maior nº atingidos	20	1.000,00	20.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
1.3 Despesas material pedagógico	Impressões, serviços gráficos, materiais para subsidiar reuniões	60	2.000,00	120.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
1.4 Serviços de deslocamento	Deslocamento de atingidos e equipe para reuniões	60	660,00	39.600,00	7.920,00	7.920,00	7.920,00	7.920,00	7.920,00
1.5 Serviços de realização de eventos, reuniões, encontros, seminários e nucleação	Suporte para realização de reuniões, eventos com atingidos	60	750,00	45.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00
TOTAL				239.000,00	47.800,00	47.800,00	47.800,00	47.800,00	47.800,00

Fonte: Guaicuy, 2021



Tabela 5 -Custeio

DESCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR TOTAL	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
4.1 Aluguel de equipamentos	Máquinas, equipamentos e seguros de equipamentos	25.500	5.100	5.100	5.100	5.100	5.100
4.2 Despesas com Alimentação e bebidas	Refeições e bebidas em gerais, exceto bebidas alcoolicas	75.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
4.3 Despesas Pronto Pagamento	Despesas emergenciais	30.750	6.150	6.150	6.150	6.150	6.150
4.4 Despesas com viagens	Hospedagem e transporte (Combustível, Pedágio, Estacionamento)	200.600	40.120	40.120	40.120	40.120	40.120
4.5 Despesas com prevenção COVID e EPI's	Equipamentos de proteção individual e de prevenção a COVID	91.000	18.200	18.200	18.200	18.200	18.200
4.6 Despesas tributárias e financeiras	Impostos, Taxas, Tributos, despesas financeiras	170.900	34.180	34.180	34.180	34.180	34.180
4.7 Despesas diversas	Correio, cartório, seguro, serviço de entrega e similares	93.150	18.630	18.630	18.630	18.630	18.630
4.8 Despesas Aluguel	Antônio Pereira	200.000	40.000	40.000	40.000	40.000	40.000
4.9 Despesas de Custeio e Manutenção	Energia, água, telefone e internet (móvel e fixa); sistema de câmera, alarme, manutenção predial, patrimonial, Instalação elétricas e hidráulicas	180.000	36.000	36.000	36.000	36.000	36.000
4.10 Despesas com suporte ao trabalho remoto	Plataformas Digitais: Ponto Eletrônico; EAD; Reembolso financeiro; Suporte de Rede	330.000	66.000	66.000	66.000	66.000	66.000
4.11 Despesas com Veículos	Aluguel, manutenção e limpeza (1 tercerização de frotas Pick-up, 3 Terceirização de frotas 7 lugares; 3	450.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000



	<i>locação esporádica de veículos; conservação e manutenção)</i>						
4.12 Licenças de Softwares	<i>Desing/Audio visual; Gestão; Pacote Office;</i>	141.040	51.000	40.000	25.400	12.320	12.320
4.13 Material de Consumo	<i>Vida útil inferior 2 anos - (Materiais para escritório; Informática; Limpeza, Copa e Higiene; Didáticos; Gráficos)</i>	180.000	36.000	36.000	36.000	36.000	36.000
4.14 Serviços de realização de eventos, reuniões, encontros, seminários e nucleação	<i>Contratação de empresas para realização de eventos e reuniões de trabalho - incluindo local, infraestrutura, alimentação para subsidiar eventos</i>	108.200	18.100	24.000	24.000	24.000	18.100
4.15 Serviços Autônomos Especializados	<i>Construção de Indicadores; treinamentos; capacitações; melhoria na gestão; análise de dados qualitativos e quantitativos; prestação de contas</i>	264.000	52.800	52.800	52.800	52.800	52.800
4.16 Serviços de Assessoria	<i>Administrativa; Contábil; Fiscal; Jurídica; Planejamento, Gestão e Finanças; Saúde e Segurança do Trabalho</i>	250.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
4.17 Serviços de Desenvolvimento de pessoas	<i>Capacitações, Treinamentos, Cursos - Tecnologias da Informação e Comunicação; Português instrumental; melhorias na gestão; atividades finalísticas; lideranças, trabalho em equipe; mediação de conflitos; combate ao stress;</i>	117.800	24.000	24.000	29.800	29.800	10.200
4.18 Serviços de sistema de informações,	<i>TI, TIC, LGPD</i>	202.460	38.460	52.000	48.000	32.000	32.000



PLANO DE TRABALHO DE ANTÔNIO PEREIRA | 112

<i>manutenção e segurança</i>							
<i>4.19 Despesas Prediais</i>	<i>Despesas com adequações estruturais e devolução do imóvel</i>	148.520	54.000	18.120	11.200	11.200	54.000
<i>4.20 Serviços de Hot Spot na comunidade de Antônio Pereira</i>	<i>Despesas com link de internet, fornecimento do Hotspot, conversores de fibra ótica, fontes, painel metálico, cabeamento, antenas e miscelâneas necessárias. Incluso equipamento de energia solar.</i>	214.250	40.250	62.000	62.000	25.000	25.000
TOTAL		3.473.170,00	733.990,00	728.300,00	708.580,00	642.500,00	659.800,00

Fonte: Guaicuy, 2021



Tabela 6 - Investimento

DESCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
5.1 Aparelho GPS	Atividade de campo	10	3.200,00	32.000,00	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2 Aparelhos telefônicos - celular	Subsidiar equipes do projeto	63	980,00	61.740,00	30.870,00	30.870,00	0,00	0,00	0,00
5.3 Dispositivos de Conexão à Internet	Melhoria na comunicação e infraestrutura	50	605,00	30.250,00	6.050,00	6.050,00	6.050,00	6.050,00	6.050,00
5.4 Dispositivos de Informática	Periféricos de informática para melhoria da comunicação	80	300,00	24.000,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
5.5 Equipamento Fotográfico/Audiovisual / Lentes e Drone	Melhoria da infraestrutura de áudio e vídeo	9	11.000,00	99.000,00	49.500,00	49.500,00	0,00	0,00	0,00
5.6 Equipamento de sonorização	Caixa amplificada, microfone, cabos.	8	1.600,00	12.800,00	6.400,00	6.400,00	0,00	0,00	0,00
5.7 Equipamentos de Suporte para as atividades finalísticas	Equipamentos para uso em campo (cadeiras, tendas, trena à laser e equipamentos de operação)	50	2.000,00	100.000,00	33.333,33	33.333,33	33.333,33	0,00	0,00
5.8. Eletrodomésticos	Geladeira, Bebedouro, fogão, microondas, cafeteira.	10	2.500,00	25.000,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00
5.9 Utensílios Básicos de cozinha	Vasilhames, xicaras, pratos, copos e talheres	15	460,00	6.900,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00
5.10. Climatização	Ar-condicionado e ventiladores	12	4.800,00	57.600,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	0,00	0,00



5.11 Impressoras	Instalação na Unidade Móvel e escritório	2	2.500,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
5.12 Microcomputador	Notebook gráficos e padrão	63	6.000,00	378.000,00	75.600,00	75.600,00	75.600,00	75.600,00	75.600,00
5.13 Mobiliário	Kit estação de trabalho (Mesas, cadeiras, armários e mesas de reuniões), longarinas, Banco dobráveis, quadros, apoio de pé e guilhotina	130	1.500,00	195.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00	39.000,00
5.14 Projetores	Kit de Projeção - Tripé, passador de slide, tela de projeção	5	7.600,00	38.000,00	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00
5.15. Monitores	Subsidiar equipes do projeto (projetor, telão e monitor externo)	10	930,00	9.300,00	1.860,00	1.860,00	1.860,00	1.860,00	1.860,00
5.16. Monitores de autoprocessamento	Monitor de geoprocessamento e georeferenciamento	1	8.000,00	8.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
5.16 Kit ferramentas	Subsidiar trabalho em campo e viagens	7	500,00	3.500,00	700,00	700,00	700,00	700,00	700,00
5.17 Kit primeiros socorros	Subsidiar trabalho em campo e viagens	6	100,00	600,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
5.18 Tablet	Subsidiar equipes do projeto	8	2.500,00	20.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
5.19 Van adaptado	Unidade móvel de atendimento	1	330.000,00	330.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00	66.000,00
TOTAL				1.086.690,00	322.233,33	322.233,33	183.963,33	129.130,00	129.130,00



Tabela 7 - Comunicação

DESCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR TOTAL	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre
6.1 Despesas com produção de materiais gráficos e audiovisuais	Desenvolvimento, impressões, campanhas, materiais didáticos e sinalização	356.000,00	71.200,00	71.200,00	71.200,00	71.200,00	71.200,00
6.2 Serviços de plataformas de gestão de redes sociais	Softwares	89.000,00	17.800,00	17.800,00	17.800,00	17.800,00	17.800,00
6.3 Serviços especializados em comunicação	Áudio, vídeo, impressos, internet, mídia virtual ou física	40.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
6.4 despesas com oficinas e teatro	Figurinos, adereços e maquiagem	12.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
TOTAL		497.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00	99.500,00

Fonte: Guaicuy, 2021



12 DADOS BANCÁRIOS

Dados de conta bancária e titularidade do Instituto Guaicuy CNPJ:

04.518.749/0001-86

Titularidade: Instituto Guaicuy

Banco do Brasil S.A.

Agência 3495-9

Conta corrente: 46041-9



13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convivência diuturna com a possibilidade iminente do desastre, em tormento dilatado pelos episódios ainda acesos na memória coletiva – os crimes perpetrados nas barragens do Fundão, em Mariana, vizinha do território de Antônio Pereira, e as do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ambas em Minas –, a remoção forçada de dezenas e dezenas de famílias e os graves e múltiplos transtornos decorrentes do longa marcha do descomissionamento da Barragem Doutor, ameaçadoramente suspensa sobre o distrito, geram um mosaico complexo de danos cujos impactos, na sua maioria, ainda são desconhecidos para as pessoas atingidas, para a academia e para operadores do direito, até o momento de difícil diagnóstico e mensuração. Os marcos teórico, legal e social, em face dessa realidade intrincada e diversa, têm sido insuficientes para conceituar e dimensionar os variados fatores impactantes, tanto os preliminarmente identificados pelo Ministério Público e pelo Diagnóstico Rápido Participativo que nutriu o presente Plano de Trabalho quanto tantos outros que emergirão ao longo das atividades da ATI e no decorrer dos tempos, na saúde e na qualidade de vida das pessoas atingidas e das gerações futuras.

Dada a insuficiência de respostas no âmbito da reparação integral, com o caminhar institucional do jogo processual, emaranhado e moroso, é preciso avançar e compensar famílias e pessoas para que aguardem o desfecho legal sem abrir mão de seus direitos humanos e sociais, protegidas contra as violências e munidas de condições básicas para uma efetiva participação. O direito ao pagamento emergencial de forma universal, sem condicionantes, é caminho para reduzir conflitos interfamiliares e institucionais, atenuar o sofrimento psicossocial, minimizar insegurança alimentar e nutricional, prevenir a inserção precoce no trabalho infantil e as violências doméstica e sexual, promover a equidade de gênero, o sentimento de segurança e de justiça social.



A garantia da participação e organização política para o controle social e o empoderamento das pessoas atingidas só poderão ser alcançados se houver ações compensatórias para responder à vulnerabilidade socioeconômica daqueles que perderam trabalho, renda, meios de sobrevivência e convivência, pois as pessoas atingidas sonham em ter segurança enquanto aguardam a longa espera pela reparação integral. Os eventos mencionados no início destas Considerações Finais acabaram por engendrar perdas em toda a cadeia produtiva das comunidades atingidas, acarretando desterritorialização e fortes impactos sobre os modos de vida do lugar. O Instituto Guaicuy considera que a reparação integral para as pessoas atingidas é essencial para retomar a história e o direito das comunidades a um meio ambiente sadio, o que apenas será possível com uma forte participação social, de forma a construir justiça.

O Instituto Guaicuy, em total apoio às pessoas atingidas, se compromete a ser instrumento na edificação, juntamente com as comunidades do distrito, de um processo de reparação que considere a diversidade e as particularidades sociais e individuais de todas e todos, fomentando crítica, autonomia e diálogo para a construção e ressignificação de territórios saudáveis e mais justos.



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEIXO, Letícia. Efetividade dos direitos humanos e a necessária elaboração legislativa em matéria de implementação das sentenças interamericanas no Brasil. Dissertação (mestrado em direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AYRPVU/1/dissertaçãolet_cia_soares_peixoto_aleixo_____depositada. Acesso: 05/05/2021
- AMORIM, Ana Paola; Guimarães, Juarez; Lima, Venício A. de. Em defesa de uma opinião pública democrática. Editora Paulus. 2014.
- ANDRADE, Bernardo Alves de Brito, et al. Inventário do Distrito de Antônio Pereira . Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2007. Disponível em:
- CALDERON, Barbara Idaerla Santos, . Em que medida a deep web aumenta a difusão de poder. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Relações Internacionais.2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128072>. Acesso 28/04/2021
- FREIRE P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. FREIRE P. Pedagogia do oprimido. 42º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004. MACHADO, L. O. O visível e o invisível: o sistema financeiro-corporativo mundial sob o prisma da extraterritorialidade e do binômio legal/ilegal. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 21, n. 2, p. 325-340, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.136846. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/136846>. Acesso em: 14 maio. 2021.
- MILARÉ, Édis. Direito do ambiente. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 427-428;
- NAVES, Flávia, REIS, Yuna Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. Cadernos EBAPE. BR [en linea]. 2017, 15(2), 309-325: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323251656008>. Acesso:07/05/2021.
- PEREIRA, L. G., RODRIGUES, V. P., de PAIVA, C. A., MARQUIS, D. E. P., & do PRADO Filho, J. F.. Percepção ambiental dos moradores do distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto/MG, sobre meio ambiente, saneamento básico e riquezas ambientais locais. Revista ELO – Diálogos Em Extensão, 6(02), 2017. <https://doi.org/10.21284/elo.v6i2.212>. Acesso:07/05/2021
- PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Lumina, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.
- PERUZZO, Cicilia M. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 24, núm. 1, janeiro-abril. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul., 2017.
- PINHO, Hortênsia Gomes. Prevenção e reparação de danos ambientais: as medidas de reposição natural, compensatória e preventivas e a indenização pecuniária. Rio de Janeiro: GZ, 2010, p. 327-330.
- SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.



- SOUZA, M. J. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). Revista Em Extensão, v. 8, n. 1, 3 jun. 2009.
<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20380/10850> Acesso em 13 maio 2021.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. F. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF Brasil, 1996. Disponível em: <http://cedoc.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-mariaduarte-werneck.pdf>. Acesso em: Agosto, 2019.
- UNODC. Handbook on Restorative Justice Programmes. Nova York: United Nations, 2006. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/Handbook_on_Restorative_Justice_Programmes.pdf. Acesso: 02/05/2021.
- ZANELLI, F. V.; LOPES, A. S.; CARDOSO, I.M; FERNANDES, R. B. A.; SILVA, B. M. Intercâmbios Agroecológicos: Aprendizado coletivo. Informe Agropecuário (Belo Horizonte), v. 36, p. 104-113, 2015.

